



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

ANA KARLA ALVES DE MENEZES

**A EVASÃO ESCOLAR NA ÓTICA DAS FAMÍLIAS DA ESCOLA MUNICIPAL
ANA AZEVEDO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – PB**

**CAMPINA GRANDE - PB
2014**

ANA KARLA ALVES DE MENEZES

**A EVASÃO ESCOLAR NA ÓTICA DAS FAMÍLIAS DA ESCOLA MUNICIPAL
ANA AZEVEDO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social, pelo Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus I – Campina Grande - PB.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Noalda Ramalho.

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M541e Menezes, Ana Karla Alves de
A evasão escolar na ótica das famílias da Escola Municipal
Ana Azevedo no município de Campina Grande - PB [manuscrito]
/ Ana Karla Alves de Menezes. - 2014.
81 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço
Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Maria Noalda Ramalho,
Departamento de Serviço Social".

1. Política de educação. 2. Evasão escolar. 3. Família. 4.
Serviço social. I. Título.

21. ed. CDD 371.291 3

ANA KARLA ALVES DE MENEZES

**A EVASÃO ESCOLAR NA ÓTICA DAS FAMÍLIAS DA ESCOLA MUNICIPAL
ANA AZEVEDO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel
em Serviço Social, pelo Curso de
Serviço Social da Universidade
Estadual da Paraíba – UEPB –
Campus I – Campina Grande - PB.

Aprovado em: 11 / 11 / 2014

Nota: 10,0 (dez)

BANCA EXAMINADORA

Maria Noalda Ramalho

Prof.^a Dra. Maria Noalda Ramalho
Orientadora

Alcilene da Costa Andrade

Prof.^a Ma. Alcilene Andrade
Banca Examinadora

Cleônia Maria Mendes de Sousa

Prof.^a Ma. Cleônia Maria Mendes de Sousa
Banca Examinadora

CAMPINA GRANDE – PB

2014

Dedico este trabalho a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, socorro nas horas de angústia e desânimo. A minha mãe Francicleide, que no período de todo o curso me ajudou com sua paciência, compreensão e amor, demonstrando que eu era capaz de superar esses momentos de tribulações. E a meu irmão, Alisson, por tudo – que foi, que é e que ainda virá a ser, exemplo de vitória.

AGRADECIMENTOS

Hoje, vivo uma realidade que sempre pareceu idealização, mas busquei transformá-la em situação real e, sendo assim, alcancei com muita determinação, esforço, paciência e perseverança um sonho de adolescente, embora saiba que estou no primeiro degrau da escada que almejo subir. Porém, para que esse sonho tornasse realidade eu jamais chegaria sozinha. Minha afetuosa gratidão a todos aqueles que contribuíram para que este sonho pudesse ser concretizado.

A Deus, motivo da minha existência e das escolhas que fiz, faço e farei enquanto ser humano; que me deu forças que nunca imaginaria ter para vencer os obstáculos; que me segurou pela mão para que eu não temesse os dias sombrios; que me levou no colo quando a caminhada tornou-se insuportável para os meus pés e eu quis desistir; pelas oportunidades que Ele me proporcionou e me fez acreditar que eu era capaz de vencê-las; e a Ele que sempre esteve e estará comigo nos momentos festivos e nos momentos de angústias.

Aos meus pais Gilvan Menezes e Francicleide Menezes, pelo amor incondicional: pelas palavras de conforto e incentivos, pelo suporte emocional, e por está sempre me apoiando na busca de meus objetivos.

Ao meu irmão Alisson Menezes pelo incentivo, suporte e torcida constante nestes quatro anos de curso, mostrando que sempre acreditou em mim, o ânimo que você me deu foi essencial para chegar até aqui!

A minha avó, Iracema Menezes, pelas orações para que eu caminhasse e chegasse até aqui, sempre me incentivando e torcendo por esse momento sublime.

A minha família, que é grande. Em números, feitos, em dar apoio, na compreensão pelos momentos em que precisei está ausente, na doação de carinho e, sobretudo, de coração.

Ao meu namorado Jonas Ferreira, por todo amor, carinho e apoio nesta fase de minha vida, pela paciência em compreender meus momentos de agonia. Agradeço também por toda força que me destes, demonstrando o amor que sentes por mim e a vontade de me ver sempre crescer e vencer.

A minha amiga Rejane Moraes, pelo carinho e ajuda material em minha vida escolar e acadêmica. Seu incentivo me fez superar vários obstáculos e acreditar que existem pessoas, assim como você, que torcem por mim.

A minha grande amiga, minha dupla Suzianne Ramos, por se fazer presente nos momentos mais difíceis, buscando compreender e incentivar essa fase de minha vida. Deus foi muito misericordioso em me conceder o convívio com você, pois ter você ao meu lado esses quatro anos foi essencial. Obrigada por toda ajuda, carinho, apoio, compreensão, paciência nos momentos em que estive bastante agoniada. Você é um suporte que Ele me deu!

A ex-professora que permitiu tornar-se uma grande amiga, Aliceane Almeida, pelo apoio, carinho, compreensão, ensinamentos e auxílio nos momentos em que mais precisei, desconsiderando todo o contexto acadêmico em que estávamos inseridas. Seu exemplo e presença me motivaram a ir além do que eu sempre sonhei!

As minhas colegas de sala e de estágio, Geruza Matias e Genilza Camelo, pela paciência que estiveram comigo em todo esse percurso, bem como a confiança e segurança que sempre depositaram em mim, acreditando que eu seria capaz de bem mais do que imaginava. Não irei esquecer-me dos braços da dupla que me acolheu!

A professora Francinete Rodrigues, pela paciência em me “orientar” mesmo sem ser sua orientanda. Sua paixão pela educação me proporcionou grandes desafios na profissão que escolhi. Obrigada por toda a dedicação!

A minha orientadora, Maria Noalda Ramalho, que assumiu comigo esta responsabilidade, pelo interesse, sabedoria, dedicação, paciência em me instruir durante o desenvolvimento deste trabalho, pelas oportunidades e incentivos que me proporcionou.

A supervisora acadêmica, Cleônia Maria, pelos ensinamentos repassados, acolhimento, paciência e compreensão no período de estágio, demonstrando que acreditava em meu potencial, bem como na construção deste trabalho, que se iniciou sob suas orientações.

Aos membros da banca, Alcilene Andrade e Cleônia Maria, pela disponibilidade, interesse, dedicação e sugestões que aperfeiçoaram este trabalho.

Aos competentes funcionários e professores do Departamento de Serviço Social pelo conhecimento compartilhado.

E finalmente, a todos e todas que de uma forma direta ou indiretamente compreenderam e incentivaram meus sonhos e ideais, oferecendo apoio e coragem para que pudesse vencer este novo desafio.

*Que é mesmo a minha neutralidade
senão a maneira cômoda, talvez, mas
hipócrita, de esconder minha opção ou
meu medo de acusar a injustiça? Lavar
as mãos em face da opressão é reforçar
o poder do opressor, é optar por ele.*

Paulo Freire

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Gênero.....	49
Figura 02 – Idade.....	50
Figura 03 – Estado Civil.....	51
Figura 04 – Situação de Moradia.....	51
Figura 05 – Escolaridade.....	52
Figura 06 – Número de membros da família.....	53
Figura 07 – Profissão.....	54
Figura 08 – Origem da renda.....	54
Figura 09 – Frequência à escola que o filho (a) estuda.....	55
Figura 10 – Importância da frequência na escola do filho (a).....	57
Figura 11 – Forma de incentivar os filhos (as) a frequência escolar.....	58
Figura 12 – Motivos da satisfação (ou não) da instituição escolar.....	59
Figura 13 – Motivos que levam os alunos a abandonarem ou deixaram de frequentar a escola.....	60

LISTA DE SIGLAS

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EMAA – Escola Municipal Ana Azevedo

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MEC – Ministério da Educação

PBF – Programa Bolsa Família

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

SAEB – Sistema de Avaliação do Ensino Básico

UBS – Unidade Básica de Saúde

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UNESCO – Organização das Nações Unidas pela Educação, Ciência e Cultura

USP – Universidade de São Paulo

RESUMO

A questão da evasão escolar tem sido constantemente debatida não, apenas, por órgãos governamentais, mas também pelo meio acadêmico. Este trabalho tem como proposta analisar as causas da evasão escolar na percepção das famílias dos alunos matriculados na Escola Municipal Ana Azevedo. Para tanto, adotou-se como percurso metodológico a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Na investigação bibliográfica consultaram-se materiais como livros, artigos científicos, legislações pertinentes e publicações documentais. Na pesquisa documental, consultaram-se materiais restritos e diversificados como estatuto e legislação da escola e listagem contendo informações cadastrais e pessoais dos alunos evadidos no período de 2012 a 2014. Já a pesquisa de campo compreendeu uma investigação descritiva de caráter exploratório e analítico com abordagem quali-quantitativa, apresentando como sujeitos uma amostra composta de 10 famílias dos alunos evadidos no período de 2012 a 2014. Os dados foram coletados através de um roteiro de entrevista semi-estruturada sobre a temática em estudo. A leitura dos dados baseou-se na técnica de análise de conteúdo, onde a interpretação dos depoimentos dos sujeitos foi dada com uma maior criticidade, procurando significar cada detalhe da entrevista. A pesquisa possibilitou apreender que a maioria dos entrevistados foi do sexo feminino, sendo uma grande parcela beneficiada com o Programa Bolsa Família, o que provocou um grande receio na participação da pesquisa, visto que temem ser desvinculados do benefício, bem como denunciados ao Conselho Tutelar e, conseqüentemente, percam a guarda de seus filhos (as). Conclui-se, também, que, o que mais dificulta a frequência dos alunos na escola são as condições sociais que a maioria deles estão inseridos. Com baixa renda, muitos alunos têm que trabalhar para ajudar no sustento de casa, o que possibilita, muitas das vezes, o desvinculamento desses alunos à escola. Para tanto, é essencial que se tenha uma articulação entre as políticas públicas e legislações que envolvem a educação, bem como uma reestruturação física, material e humana no âmbito escolar.

Palavras-chave: Política de Educação. Evasão Escolar. Família. Serviço Social.

ABSTRACT

The issue of school's dropout has been constantly discussed not only by governmental agencies, but also by the academic area. At first, this work aims to analyze the causes of school's dropout in the perception of the students' families enrolled in the Ana Azevedo Municipal School. Then, it was used the bibliography research, documentar and field as the methodology. It was used materials such as books, scientific articles, relevant legislations and also publications documentarires. In this documentar research, it was envolved a restricted and a huge materials such as regulations and legislation of the school and a specific document which contained students' personal information during the period from 2012 to 2014. In the field research, it was used a descriptive investigation such as na exploratory and na analytical way with a quali-quantitative approach, using as subject 10 families of students who has dropout in the period of 2012 to 2014. The data were collected through a semi-structured interview about the topic study. The Reading of the data was based on the technique of contentanalysis, which was made the interpretation of the students' families speeches and they were analysed in higher criticality way, trying to show each detail meaning of the interviews. The research showed that the majority of the interviewees were females, and also they are a large parcel benefited with the Bolsa Familia Program. In addiction, it has caused a great fear by the participants in this research, because they thought to be unlinked from the benefit, as well as reported to the Guardian Council and, consequently, lose custody of their children. Thus, it realized that the social conditions are related to the studentes's frequency in the school. The major of the low-income families have to work to help in their homes, what contributes sometimes to the students's dropout of the school. So, it essential to take a dialogue between public policies and laws related to education, as well as a restructuring physical, material and human within the school.

Keywords: Education Policy. School dropout. Family. Social Service.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O PERCURSO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL	13
2.1 A educação no Período Colonial e Imperial.....	13
2.2 A educação no Brasil: da primeira república à constituição de 1988.....	15
2.3 A política de educação na contemporaneidade: avanços e desafios.....	23
3 A EVASÃO ESCOLAR E A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO ÀS FAMÍLIAS	26
3.1 A evasão escolar.....	26
3.2 Os motivos da evasão escolar.....	27
3.3 Uma reflexão sobre as famílias e o trabalho do Serviço Social junto a este público.....	31
3.3.1 A intervenção do assistente social frente à evasão escolar.....	37
4 A APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	42
4.1 Breve histórico do campo de pesquisa.....	42
4.2 Delineamento metodológico da pesquisa.....	45
4.3 A análise dos dados da pesquisa.....	48
4.3.1 Perfil dos entrevistados.....	48
4.3.2 A evasão escolar na ótica das famílias da Escola Municipal Ana Azevedo.....	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICES	
Apêndice A - Declaração de Concordância com o Projeto de Pesquisa	
Apêndice B – Termo de Compromisso do Pesquisador Responsável	
Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	
Apêndice D – Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada	
ANEXOS	
Anexo A – Termo de Autorização Institucional	
Anexo B – Aprovação do Comitê de Ética	

1 Introdução

Este trabalho apresenta as especificidades da educação, ressaltando os aparatos jurídicos e legislativos que regulamentam esta política, analisando seu contexto sociohistórico e perpassando pelo seu processo educacional. Nesta perspectiva, foram desencadeadas problemáticas no que tange a evasão escolar realizando um desdobramento de suas debilidades e as causalidades que ocorrem para sua procedência.

Para fundamentar esta teoria foi realizada uma pesquisa na Escola Municipal Ana Azevedo, localizada no Bairro das Nações, na cidade de Campina Grande – PB. Estudo oriundo da experiência e de inquietações do estágio supervisionado do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba.

Este trabalho indagou como a evasão escolar reflete no processo educacional do indivíduo, realizando uma compreensão referente às causas e tendências desta demanda. Diante disso, é importante ressaltar que o objetivo geral deste trabalho foi obter a análise das causas da evasão escolar na percepção das famílias dos alunos matriculados na citada escola, uma vez que, o Serviço Social, a partir de aproximações com a realidade, busca verificar a evasão escolar por estar relacionada a uma das expressões da questão social presente no cotidiano de crianças e adolescentes. Nessa perspectiva, os objetivos específicos do presente estudo foram a) delinear o perfil das famílias entrevistadas; b) apreender os fatores que levam à evasão escolar, conforme as famílias e c) analisar o que dizem os pais ou responsáveis acerca da evasão escolar.

Ao que concerne à metodologia, esta obteve uma desenvoltura baseada em pesquisas bibliográficas, de campo e documental. O referencial da pesquisa bibliográfica foi utilizado a partir de material já elaborado, constituído de livros, artigos científicos, legislações pertinentes e publicações com o intuito de obter dados concretos e ideias sobre o assunto. A pesquisa de campo, porventura, teve a finalidade de analisar e compreender o contexto sociohistórico das famílias dos alunos evadidos, possibilitando maior entendimento do fenômeno estudado. Já a pesquisa documental auxiliou na elaboração teórica referente à parte na qual se descreve sobre a instituição de ensino pesquisada e a definição dos sujeitos selecionados para amostragem da pesquisa de campo, visto que, para realização do trabalho, foram utilizados materiais restritos e diversificados como estatuto e legislação da escola e

listagem contendo informações cadastrais e pessoais dos alunos evadidos no período de 2012 a 2014.

Este trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva de caráter exploratório e analítico, caracterizada pela abordagem quali-quantitativa. Para a realização do trabalho de campo, entrevistou-se as famílias dos alunos que sofreram o processo de evasão escolar, realizando uma entrevista semi-estruturada, voltada para um conjunto de procedimentos teórico-metodológicos e éticos que nortearam o instrumento de pesquisa aplicado. No entanto, a forma como foi realizada a pesquisa pode ser melhor apreendida no subitem que trata sobre os procedimentos metodológicos da pesquisa (subitem 4.2) inseridos neste trabalho.

Este estudo torna-se relevante à medida que percebemos precária a discussão no Serviço Social a respeito do tema e pretendemos construir conhecimento acerca do mesmo, oferecendo subsídios para os profissionais da Instituição e do Serviço Social, na intervenção da realidade social e na realização de futuras pesquisas na área.

Este trabalho encontra-se estruturado em cinco seções. A primeira trata-se da introdução, na qual é apresentada de um modo geral a definição sobre a abordagem da temática trabalhada, seus objetivos, justificativa e possíveis contribuições.

Já a segunda seção aborda a discussão teórica do resgate histórico da política de educação no Brasil, enfocando a trajetória dessa política em suas três fases: do período colonial e imperial; da primeira república à constituição de 1988 e a política educacional na contemporaneidade.

Intitulada “A evasão escolar e a intervenção do Serviço Social junto às famílias”, a terceira seção sinaliza a caracterização do objeto, em estudo, intrínseca ao seio familiar, bem como a importância do Serviço Social para essa intervenção na relação família-escola.

Na quarta seção tem-se a apresentação da pesquisa, descrevendo o campo em que a pesquisa foi realizada, o delineamento metodológico da investigação e a interpretação das análises realizadas a partir da evidenciação dos dados.

Finalizando o estudo encontram-se as considerações finais, seguida das referências utilizadas, apêndices correspondendo aos termos utilizados para que este estudo fosse desenvolvido e, por fim, os anexos.

2 O PERCURSO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Essa seção versa sobre uma abordagem panorâmica socio-histórica das características da política da educação, perpassando dentro de uma discussão a despeito da construção dessa política enquanto pública. Ainda dentro deste contexto, faz-se um debate sobre a origem da política de educação, entendida como resultante no campo das conquistas de direitos sociais e exercício da cidadania.

2.1 A educação no período colonial e imperial

A educação no Brasil passou por várias modificações ao longo dos tempos de acordo com o contexto econômico, político e social vigente, que vai do período colonial aos dias atuais. No período colonial tiveram três fases: a de predomínio dos jesuítas; a das reformas do Marquês de Pombal; e a do período em que D. João VI trouxe a Corte para o Brasil.

Segundo Júnior (2008) durante cerca de duzentos anos os jesuítas fundaram vários colégios com vistas à formação de religiosos. Sua experiência pedagógica sintetizou-se em um conjunto de normas e estratégias chamado de Ratio Studiorum (Ordem dos Estudos). Esse plano de estudos articulava um curso básico de humanidades com um de filosofia seguido por um de teologia. Neste período a educação tinha como objetivo formar integralmente o homem cristão.

Os colégios jesuítas tiveram grande influência sobre a sociedade e sobre a elite brasileira. Quando os jesuítas foram expulsos de Portugal e, portanto, de suas colônias, em 1759, tínhamos em nosso país mais de cem estabelecimentos de ensino, considerando os colégios, as residências, as missões, os seminários e as escolas de ler e escrever, sob a administração direta dos jesuítas. Isto é, os jesuítas desrespeitaram literalmente a cultura indígena, bem como de toda uma civilização.

O ensino que os padres jesuítas ministravam era completamente alheio à realidade da vida da Colônia. Desinteressado, destinado a dar cultura geral básica, sem a preocupação de qualificar para o trabalho, uniforme e neutro, não podia, por isso mesmo, contribuir para modificações estruturais na vida social e econômica do Brasil, na época (ROMANELLI, 2007, p. 34).

A Companhia de Jesus foi expulsa de Portugal e do Brasil quando o Marquês de Pombal empreendeu várias reformas com a finalidade de adaptar aquele país e suas colônias às transformações econômicas, políticas e culturais que estavam ocorrendo na Europa.

Segundo Júnior (2008), logo após a expulsão dos jesuítas de Portugal e do Brasil, a mão-de-obra para o ensino começou a ser alterada. No Brasil, desapareceu o curso de humanidades, ficando em seu lugar as aulas régias as quais eram aulas avulsas de latim, grego, filosofia e retórica. Ou seja, os professores, por eles mesmos, organizavam os locais de trabalho e requisitavam do governo o pagamento pelo trabalho de ensino. Esse período foi rico na formação de intelectuais importantes em nosso país. Alguns deles foram fundadores de instituições e escolas que vieram a ser bastante conhecidas posteriormente.

Somente em 1808, com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, foi que o ensino começou a passar por profundas alterações. Nesse período, o Brasil passou a ser a sede do reino português com D. João VI instalado no Rio de Janeiro. Foi criada uma série de cursos, tanto profissionalizantes em nível médio como em nível superior, bem como militares. No ano de 1808, nasceu o Curso de Cirurgia na Bahia e o Curso de Cirurgia e Anatomia no Rio de Janeiro. Logo após nasceu o Curso de Medicina no Rio de Janeiro e, em 1910, a Academia Real Militar que, mais tarde, tornou-se a Escola Nacional de Engenharia.

Trazendo essas discussões e suas funções, destaca-se que na Colônia (1500-1822) a educação era feita pela sociedade civil e, principalmente, pela iniciativa da Igreja, o que significa um domínio dos colonizadores portugueses sobre os negros e índios, que aqui já se encontravam, impondo-lhes sua cultura, seus valores, seus hábitos. Assim, entende-se que a educação teve seu papel voltado a responder aos interesses da metrópole ao catequizar o índio, pois “se tornariam mais submissos e poderiam mais facilmente aceitar o trabalho que deles exigiam os colonizadores”. (WEREBE, 1997, p. 21).

Em 1822, houve a Proclamação da Independência liderada por D. Pedro I e, em seguida, a construção da Carta Constitucional de 1824. De acordo com esta, o Império deveria possuir escolas primárias, ginásios e universidades. Entretanto, na prática, foi mantido o descompasso entre as necessidades e os objetivos propostos. A prova disso foi a adoção do método lancasteriano de ensino, pela Lei de outubro de 1827:

Por tal método, o ensino acontecia por “ajuda mútua” ente alunos mais adiantados e alunos menos adiantados. Os alunos menos adiantados ficavam sob o comando de alunos-monitores, e estes, por sua vez, eram chefiados por um inspetor de alunos (não necessariamente alguém com qualquer experiência com o magistério) que se mantinha em contato com o professor. (JÚNIOR, 2008, p. 28-29).

No Brasil Império (1822-1889), a sociedade era estruturada por classes sociais, sendo esta subdividida em duas classes, a classe dominante, ou seja, aqueles detentores da propriedade privada, e outra classe dominada, a qual não tinha os bens necessários para sua

subsistência. É importante salientar que neste período o Brasil estava vivenciando um período escravocrata, composto por famílias que viviam apenas no campo e não tinham oportunidade de estudar, pois as escolas se localizavam apenas nas cidades, e as famílias que obtinham grandes posses, das quais tinha acesso à rede de ensino do meio urbano. Dessa forma, compreende-se que a educação neste período teve uma função de reproduzir uma ideologia pré-burguesa de separação de classes.

Segundo Pinto (1986), mesmo a educação sendo voltada, nesse momento, para a elite, o atendimento à sociedade aristocrática era deficiente no que se refere à quantidade. Para tanto, foram criados liceus nas províncias, visando amenizar o pauperismo da organização e do funcionamento escolar.

Outro elemento relevante do ensino no Império foi a Reforma Leôncio de Carvalho, de 1879. Pela promulgação do Decreto 7.247, ficou instituída a liberdade do ensino superior em todo país e a liberdade do ensino primário e secundário no município da Corte. A partir daí, a frequência a cursos secundários e superiores tornou-se livre, pois o aluno poderia aprender com quem lhe conviesse e, no final, deveria se submeter aos exames de seus estabelecimentos.

Dessa forma, as instituições se organizaram por matérias e o aluno poderia escolher quais as que ele cursaria e quais as que ele julgava que eram desnecessárias para o exame final. Assim, o Império tornou o ensino brasileiro mais um sistema de exames do que um projeto educacional público, características essa que permaneceu durante a Primeira República e traz vestígios até os dias atuais.

2.2 A educação no Brasil: da primeira república à constituição de 1988

Como nos atenta Júnior (2008), com o fim do período imperial e início da República (1889), que se deu por obra de um movimento militar apoiado por vários movimentos sociais descontentes com a política econômica do imperador, assistimos uma relativa urbanização do nosso país. Nesse sentido, os grupos que ajudaram a construir o novo regime privilegiavam as carreiras de trabalho mais dependentes da posse de certa escolarização. Com isso, surgiu o interesse em nossos intelectuais em discutir a necessidade de abertura de escolas.

No período da Primeira República (1889-1939), tivemos dois grandes movimentos de ideias a respeito da necessidade de abertura e aperfeiçoamento de escolas, são eles: o “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”. O primeiro movimento reivindicava a abertura de escolas e o segundo se preocupava com os métodos e conteúdos do ensino.

Após a Primeira Guerra Mundial, a prioridade já não estava mais na abertura de escolas, mas era preciso alterar também a pedagogia, a arquitetura escolar, a relação de ensino-aprendizagem, a forma de administrar as escolas, as formas de avaliação e a psicopedagogia.

De acordo com Júnior (2008), em meados da década de 1920, os intelectuais que se interessavam por educação puderam ler o filósofo John Dewey (1859-1952). Foi Dewey que deu sentido ao termo “pedagogia da escola nova”. Esse movimento questionava a pedagogia tradicional a qual era ensinada através da observação do comportamento do professor e repetida, posteriormente, pelos alunos ao se tornarem professores.

O cenário nacional, nesse momento, passava por profundas alterações, pois a crise mundial de 1929 afetou significativamente nosso território, causando uma superprodução de café, o qual era nosso principal produto de exportação. Além disso, vivíamos no cenário político o que configurava o fim da Primeira República e o início da Era Vargas.

O então chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, não estava desatento a tais mudanças e suas implicações em relação à educação, pois segundo Pinto (1986) nesse momento teve início um período de certa democratização do ensino, isso em decorrência de fatores como a discussão da escola ativa de Dewey, citada anteriormente. Essa discussão foi feita dentro dos parâmetros da realidade brasileira por Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Francisco Campos.

Logo no início da Era Vargas, em 1930, o então presidente criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, que tinha como objetivo orientar e coordenar as reformas educacionais que iriam ser incluídas na Constituição de 1934. O mesmo teve como titular o Sr. Francisco Campos (1930-1932).

De acordo com Pinto (1986), dentre as ações mais importantes do então Ministro Francisco Campos está a integração da escola primária, secundária, superior e a elaboração de um estatuto da universidade brasileira. A partir daí, foram fundadas as primeiras universidades brasileiras e, nesse momento, também foi introduzido o ensino primário gratuito e obrigatório.

Ainda, em 1932, surge o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, sendo escrito durante o governo de Getúlio Vargas e consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que, embora com diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação.

Ao ser lançado, no meio do processo de reordenação política resultante da Revolução de 1930, o documento tornou-se o marco inaugural do projeto de renovação educacional do

país. Além de constatar a desorganização do aparelho escolar, propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. O movimento reformador foi alvo da crítica forte e continuada da Igreja Católica, que naquela conjuntura era forte concorrente do Estado na expectativa de educar a população, e tinha sob seu controle a propriedade e a orientação de parcela expressiva das escolas da rede privada.

Portanto, o processo de industrialização atinge a sociedade como um todo, bem como a urbanização, sendo feita esta mudança de um país oligárquico para urbano-industrial, a educação é valorizada no intuito de reproduzir as relações de produção e de poder. Com o processo da industrialização, a concentração de trabalho muda da casa para as fábricas e as famílias já não podiam mais preparar seus filhos tanto para o trabalho quanto para uma vida social, era necessário que a escola fizesse essa função.

Dessa forma, travou-se uma luta para democratizar a escola que envolveu as classes operárias, exigindo o direito de que seus filhos também frequentassem a escola, assim, a escola começa a atender outras classes sociais, passando a ter um caráter universal, uma vez que deixou de ser privilégio somente da Igreja e da burguesia aristocrática.

[...] a escola que prepara os técnicos especializados em funções de controle industrial (gerentes, supervisores, projetistas), as novas gerações de militantes partidários e sindicalistas das várias frações da classe dominante e seus aliados, prepara também os técnicos especializados em tarefas de execução, tanto na indústria quanto na burocracia estatal e no setor terciário da economia, ou seja, militantes partidários e sindicalistas da classe dominada e seus aliados. (NEVES, 2002, p. 24).

Assim, destaca-se que a educação neste período além de formar técnicos voltados para indústria passa, também, a formar técnicos para execução de tarefas, evidenciando, deste modo, a diferenciação das classes sociais.

O sistema educacional brasileiro se concretiza com uma efetiva estrutura de massa a partir da década de 1940, um novo contexto político e econômico começa a se desenhar no país com influências de outros no pós-guerra, elaborando o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1948 sendo aprovado somente em 1961 em outra versão.

Segundo Pinto (1986), na LDB de 1961 ficou estabelecido que o ensino no Brasil poderia ser ministrado tanto pelo setor público como pelo setor privado, em todos os níveis, desaparecendo a obrigatoriedade do ensino gratuito a nível primário. Ficou acordado, ainda,

que o Estado poderia subvencionar estabelecimentos de ensino particulares. Para isso, sua cooperação financeira seria feita através de bolsas de estudos e/ou empréstimos.

Após um projeto de lei, encaminhado para votação em 1948, a LDB n° 4.024 foi promulgada no dia 20 de dezembro de 1961 no governo de João Goulart, ao todo são 120 artigos. A partir da LDB de 1961, pode-se considerar um avanço significativo na educação, principalmente a regulamentação dos conselhos estadual e federal da educação com intuito de fiscalizar, monitorar e avaliar a educação no Brasil.

Também se pode perceber que a partir de 1964, uma política educacional realmente se estabeleceu no Brasil, pois o Estado assumiu seu papel condutor dos rumos do sistema educacional e conferiu à educação o papel de reprodutora contraditória da luta de classes, da estrutura de poder, bem como reprodutora da força de trabalho.

No contexto da ditadura militar, a repressão aos movimentos que chegou às universidades, como a Universidade de São Paulo (USP), foi intensa; assim havia “policiais transformados em professores, funcionários e estudantes, ou professores, estudantes e funcionários transformados em policiais, transitando em toda parte”. (CHAUÍ, 1988, p. 253, apud WEREBE, 1997, p. 78).

Considera-se que a educação durante o período ditatorial foi marcada por

Repressão, privatização do ensino, exclusão de boa parcela das classes populares do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante, tecnicismo pedagógico e desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional. (GHIRALDELLI JR. APUD WEREBE, 1997, p. 82).

Conforme a citação acima, esse processo de repressão e exclusão provocou uma lentidão no âmbito educacional acarretando uma má qualidade de ensino fazendo com que adolescentes ficassem retidos ou que demorassem anos para obter o certificado de conclusão no que diz respeito ao ensino fundamental, assim, o ensino médio e a educação noturna começam a se destacar na década de 1970, surgindo também o problema da qualidade de ensino.

A segunda LDB n° 5.692 foi promulgada no dia 11 de agosto de 1971 no governo Emílio G. Médici, já instalada a ditadura militar no país, contendo ao todo 88 artigos, na qual é possível verificar que a questão orçamentária fica exclusivamente como responsabilidade dos municípios, eximindo a união e os estados desta obrigação.

Ainda, segundo Júnior (2008), a reforma universitária promovida pela lei do ensino superior nunca foi aceita pelos setores conservadores. Já a reforma de ensino de 1° e 2° graus,

promovida pela Lei 5.692/71 - LDB foi recebida com entusiasmo por boa parte do professorado que quis a concretização das determinações da nova legislação. Ainda, de acordo com o autor supracitado, a Lei 5.692/71 refletia, em boa parte, os princípios adotados pela ditadura militar, já que incorporou determinações no sentido de uma racionalização perversa do trabalho escolar e na adoção do ensino profissionalizante no 2º grau de forma universal e absoluta.

A década de 1980 é marcada pelo fim do regime autoritário e rígido, no qual o país se encontrava, e início da democratização brasileira, o que significou mudanças de paradigmas na sociedade e, principalmente, no sistema educacional, isto é, começam a surgir os cursos profissionalizantes. As transformações no mundo do trabalho, avanços tecnológicos e científicos exigem uma qualificação dos trabalhadores que deve ser polivalente, falar outras línguas, conhecer por completo cada etapa da realização do seu local de trabalho buscando, assim, uma melhor qualificação.

A escola, além de guardar uma relação direta com a esfera da cultura, também cumpre certas funções econômicas no processo de qualificação e desqualificação da classe trabalhadora, ainda que estas funções não sejam imediatas. (ALMEIDA, 2000, p. 65).

No ano de 1989 a nova LDB entra em discussão e são criadas subcomissões na Comissão de Educação, dentre as quais, a de elaboração da nova lei de educação nacional. Os debates sobre a lei se acirraram desde o início de 1990.

Com a promulgação da Constituição de 1988, há um debate sobre uma nova estrutura para o sistema educacional, assim a LDB nº 9.394, foi sancionada no governo Fernando Henrique Cardoso, no dia 20 de dezembro de 1996 e possui ao todo 96 artigos. Trata-se de uma regra de caráter global, de aplicação geral, abstrata e de caráter impositivo, que normatiza e dá a direção, o rumo fundamental que a Educação Brasileira deve seguir. De acordo com a própria simbologia do nome, essa Lei contém em suas linhas as indicações fundamentais que garantem a organização dos sistemas educacionais do país.

Como Lei Nacional de Educação traçou, dentre outras coisas, os princípios educativos, especificou os níveis e modalidades de ensino, regulou e regulamentou a estrutura e o funcionamento do sistema de ensino nacional. Ela envolve muitos interesses, interferindo tanto nas instituições públicas quanto privadas, abrangendo todos os aspectos da organização da Educação nacional. Trouxe, ainda, um enorme avanço: definiu o que pode, o que é e o que não é permitido em termos educacionais.

A Constituição Federal de 1988 representa um marco no campo dos direitos sociais, instituindo um Estado democrático no intuito de atingir todo cidadão, assegurando-lhe os bens necessários para a qualidade de vida de um ser humano. Ao tratar da educação, o art. 205 traz que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

As crianças e adolescentes brasileiros são protegidos por uma série de regras e leis estabelecidas pelo país. Após anos de debates e mobilizações, chegou-se ao consenso de que a infância e a adolescência devem ser protegidas por toda a sociedade das diferentes formas de violência. Também acordou-se que todos somos responsáveis por garantir o desenvolvimento integral desse grupo.

Partindo dessa premissa, o arcabouço legal brasileiro traz vários instrumentos que designam os direitos das crianças e asseguram a sua proteção. O primeiro é a própria Constituição Federal Brasileira de 1988, que determina que haja "prioridade absoluta" na proteção da infância e na garantia de seus direitos, não só por parte do Estado, mas também da família e da sociedade.

Para ser efetivada, os preceitos da Constituição devem ser transformados em leis. No caso da infância, a lei mais importante é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069. Em vigor desde 1990, o ECA é considerado um marco na proteção da infância e tem como base a doutrina de proteção integral, reforçando a ideia de "prioridade absoluta" da Constituição.

Assim, o direito à educação, ao acesso e permanência na escola é garantido conforme aportes legais, tendo como finalidade formar um sujeito para cidadania, preparar para o trabalho e participação na sociedade. Sendo assim, a qualidade de serviços da escola pública tem como objetivo atingir um pleno desenvolvimento.

[...] o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente coloca o direito a educação, ao acesso e permanência na escola. Direitos que precisam ser perseguidos por todos os profissionais que trabalham em educação, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, contribuindo em sua formação para exercer a cidadania (BRASIL, 2001, p. 10).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) se fundamenta na proteção integral de todas as crianças e adolescentes brasileiros, revelando-se um importante instrumento de luta na efetivação dos direitos deste segmento da população. Cabe lembrar, ainda, que, segundo a Legislação Brasileira, o Ensino Fundamental é obrigatório para as crianças e adolescentes de

6 a 14 anos, sendo responsabilidade das famílias e do Estado garantir a eles uma educação integral. Ainda, assim, segundo a LDB 9394/96 e o ECA, um número elevado de faltas sem justificativa e a evasão escolar ferem os direitos das crianças e dos adolescentes.

De acordo com Cruanhes (2000, p. 84) “a Constituição de 1988 insere novas preocupações no debate: a gestão democrática do ensino público e a garantia de padrão de qualidade”. Assim, na Constituição, art. 206, o ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade, liberdade do saber, diversidade de pensamentos e, em relação aos profissionais, o ponto primordial é a questão da valorização.

A Constituição traz toda uma reflexão acerca da educação, o que culmina com a aprovação da LDB de 1996, da qual trará outra reflexão ao repensar na função do Estado no que tange a educação. Esta LDB traz salientada a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), que permite melhor planejamento na área educacional, outro fator importante seria a volta do investimento da União com uma porcentagem maior da que era estabelecida na Lei de 1961 abrangendo também os Estados.

A educação brasileira, a partir da aprovação da LDB de 1996 passou a ser um dispositivo para disputas que integram.

[...] de um lado, a intenção do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso em adequar a educação nacional às exigências dos organismos financeiros internacionais; de outro, os movimentos sociais, sindicais, estudantis e populares que defendem a educação pública, gratuita e de qualidade social. (PINTO, 2008, p. 78).

A reforma educacional brasileira está sendo vista e interpretada, segundo Pinto (2008), enquanto uma necessidade propriamente do mercado, exigindo, cada vez mais, mudanças técnicas e operacionais. Assim, os problemas educacionais:

[...] não são tratados como questões políticas, como resultado, e objeto, de lutas em torno da distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos e de poder, mas como questões técnicas, de eficácia/ineficácia na gerência e administração de recursos humanos e materiais. (SILVA, 2008, p. 77).

Neste sentido, pode-se constatar que a intencionalidade nesta década volta-se para o mercado de trabalho, com a finalidade de qualificar a mão de obra, atendo, assim, as necessidades impostas pelo neoliberalismo. Dessa forma, desencadear a discussão da mercantilização da educação entendendo que o Brasil sofre influências do Banco Mundial na elaboração de projetos educacionais, estes feitos por economistas onde o interesse é o de

diminuir custos – que culmina na má qualidade do ensino – e ampliar a educação, isto é, “atender” mais pessoas. O mercado educacional passa a ser pautado pela privatização do ensino o que significa rearranjar e redistribuir o poder, dessa forma, os governos neoliberais têm um único intuito com as reformas educacionais: o de redimensionar a educação do âmbito público para o âmbito do mercado.

E, no desenrolar de um contexto ainda mais voltado pela ordem econômica onde a educação consiste em formar cidadãos para o trabalho e não para exercer sua cidadania

[...] a própria crise e falência da escola pública cumpre uma função política importante, conquanto auxilia no processo de demarcação dos lugares sociais dos grupos menos favorecidos com um ensino de nível baixo e com um acesso restrito aos meios necessários de elaboração da sua própria cultura, de sua própria visão de mundo. (ALMEIDA, 2000, p. 65-66).

Sendo assim, fica evidente que a escola pública revela em seu ensino um nível baixo que se estende às classes menos favorecidas, utilizando de recursos e matérias inadequados, não permitindo uma construção intelectual hábil para o egresso no ensino superior. Toda essa movimentação desencadeou um novo modelo escolar do qual é vivenciado atualmente.

[...] uma instituição da sociedade, trabalhando a serviço desta sociedade e por ela sustentada a fim de responder a necessidades sociais e, para isso, a escola precisa exercer funções especializadas. A escola cumpre, portanto, o papel de preparar as crianças para viverem no mundo adulto. Elas aprendem a trabalhar, a assimilar as regras sociais, os conhecimentos básicos, os valores morais coletivos, os modelos de comportamento considerados adequados pela sociedade. (BOCK, FURTADO E TEIXEIRA, 1996, p. 263).

Assim, compreende-se com a citação acima, que a educação nunca deixou de se expressar pela organização social, seja para atender uma necessidade ou sobrevivência do sujeito, seja para suprir determinações nas relações de poder. Com isso, as escolas passam a cumprir um novo papel na vida do ser humano, sendo este prepará-lo para o mundo dos adultos, ajudando-o a assimilar as regras sociais postas no mundo contemporâneo.

Diante do que foi exposto, fica mais claro entender a movimentação das mudanças no sistema educacional brasileiro podendo destacar os avanços que a LDB de 1996 trouxe em relação à de 1971, isto é, tem-se uma gestão mais democrática do ensino público; vale ressaltar que a função da política de educação no Brasil se apresenta de duas maneiras, tanto na esfera cultural quanto na festa do trabalho.

[...] no Brasil foi um campo tencionado pelas disputas dos projetos societários e dos segmentos sociais, com o objetivo de constituir um espaço de luta privilegiado. A função estratégica da Política de Educação, no conjunto das transformações que se operam no mundo do trabalho e na esfera da cultura, constitui importante componente justificador das alterações que atingem a Educação no país; sendo essas transformações vinculadas às suas funções econômicas e ideológicas. (BARBERÁ, 2007, p. 49).

Assim, compreende-se que cada governante aplica suas determinações na área da educação, dessa forma, há um descontínuo sobre os projetos educacionais em andamento, uma vez que cada um possui uma visão diferente do outro no que se refere à educação, não permitindo nenhuma avaliação para uma possível alteração.

2.3 A política de educação na contemporaneidade: avanços e desafios

Nos anos 1990 aconteceram várias reformas na educação envolvendo mudanças nos vários níveis e modalidade de ensino. A partir de reuniões mundiais organizadas pela Organização das Nações Unidas pela Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), foi desencadeado um processo de reformas na educação da América Latina e, principalmente, no Brasil.

Em março de 1990 foi realizado na Tailândia a “Conferência de Educação para Todos”. A partir dessa Conferência entra em cena a política incentivada pelo Banco Mundial. Essa política traz como prioridade o ensino fundamental em detrimento dos demais níveis de ensino, além de priorizar a defesa da relativização do dever do Estado com a educação defendendo como princípio que o dever de assegurar a educação é de todos os segmentos da sociedade.

Para se honrar os compromissos com os organismos internacionais, houve a montagem do PNE, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Da elaboração desse documento participaram setores representativos da educação brasileira. Este plano teve como eixos norteadores a Constituição Federal (1988), a LDB (1996) e a Emenda Constitucional (1995) que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

Através da construção do PNE ficou definido as diretrizes para a gestão e o financiamento da educação, as diretrizes e metas para cada nível e modalidade de ensino e para a formação e valorização dos magistérios e demais profissionais da educação, isso para ser colocado em prática num período de dez anos.

Segundo Júnior (2008) os pontos centrais do diagnóstico do PNE nos lembrou que a educação infantil em nosso país era relativamente nova, pois seu desenvolvimento se deu a partir de 1970, acelerando-se até 1993. O PNE também percebeu o fato de que por educação infantil se entendia duas faixas etárias, ou seja, crianças de creches e crianças mais próximas dos seis anos de idade.

Isto é, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seu art. 30, que a educação infantil será oferecida em creches, ou entidades equivalente, para crianças de até três anos de idade; nas pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idades e, em pré-escolas, as crianças de quatro a cinco anos de idade.

Com relação ao ensino fundamental, o nosso país, entre 1991 e 1996, conseguiu um bom crescimento, pois chegamos a uma taxa de atendimento de 96% e o ensino privado ficou com apenas 9,5 das matrículas. Quanto ao ensino médio, apenas 30,8% da população entre 15 e 17 anos tinham acesso a esse nível. (JÚNIOR, 2008, p. 35).

No governo de Fernando Henrique Cardoso foi inaugurado um sistema de avaliação do ensino básico (fundamental e médio) e do ensino superior de um modo diferenciado. O Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) nasceu em 1990, mas se consolidou em 1995. Desenvolveu-se através de exames aplicados a grupos de escolas e alunos, usando amostragem aleatória e sigilosa, tendo como objetivo permitir ao governo planejar políticas ou ações solidárias setorializadas.

Já o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) teve como objetivo dar parâmetros para escolas, regiões, pais, professores e para o estudante, pois permite a avaliação do grau de expectativa que se poderia ter com investimento em horas de estudos.

Nesse contexto do governo de Fernando Henrique foram criados dois tipos de diretrizes para a educação brasileira: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as Diretrizes do Ensino. Os PCNs compuseram uma coletânea de livros com indicações a respeito do que se poderia fazer no interior de cada escola, tornando-se bastante comentados pelos professores. Já as Diretrizes do Ensino saíram tardiamente e de modo incompleto, mas essa documentação é a que continha a maior sofisticação teórica e que deveria ter nutrido os PCNs.

Portanto, da década de 1990 em diante obtêm-se a presença de um Estado Neoliberal, que passa a ser um Estado Mínimo, isto é, um Estado que tem mínimas responsabilidades, transferindo-as para a sociedade, no que tange fomentar e prover as políticas públicas, principalmente a de educação que passa a ser vista pela ordem econômica. O neoliberalismo traz incorporado em sua ideologia respostas para atender as crises de um Estado nacional,

crises essas advindas de uma globalização, informatização, tecnologias inovadoras, entre outras.

Essas transformações incidem tanto sobre a cultura como sobre a educação, pois segundo os autores pode-se apontar como consequências do neoliberalismo na educação: menos recursos; prioridade no ensino fundamental como responsabilidade dos Estados e Municípios; formação menos abrangente e mais profissionalizante; privatização do ensino; municipalização e escolarização do ensino; aceleração da aprovação para desocupar vagas; aumento de matrículas como jogo de marketing; o ensino médio dividido entre educação regular e profissionalizante; mudança no termo “igualdade social” para “equidade social”; privatização das universidades; parcerias com a sociedade civil etc.

Atrelado a tais consequências pode-se apontar como uma dificuldade da política educacional, nos dias atuais, ainda a presença da evasão escolar. Segundo Queiroz (2011), cada vez mais a evasão escolar vem ganhando espaço nas discussões e reflexões realizadas pelo Estado e pela sociedade civil. Estudos indicam que os aspectos sociais determinantes da evasão escolar são: desestruturação familiar, políticas de governo, desemprego, desnutrição, a própria escola e a própria criança.

Nos dias atuais, temos como desafio a participação da família na vida escolar de seus filhos, bem como o incentivo aos estudos e a não propagação da evasão escolar. Para se analisar esse nível de participação é necessário também atentarmos para as diferentes condições socioeconômicas da sociedade brasileira, pois segundo Carvalho (2004) o fracasso escolar atinge, em sua maioria, crianças e adolescentes de famílias mais vulneráveis das escolas públicas brasileiras.

Portanto, ainda segundo Carvalho (2004), a produção do fracasso escolar é fruto do funcionamento de um sistema educacional que recebe indivíduos de origens culturais diversas e adota um único modelo cultural. Políticas que não levam em conta esses mecanismos reprodutivos acabam por promover a desigualdade educacional e social ao fazerem demandas às famílias, atribuindo-lhes a responsabilidade pelo sucesso/insucesso dos seus filhos na escola.

3 EVASÃO ESCOLAR E A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

O item a ser apresentado abordará temáticas a serem refletidas como a educação enquanto direito, perpassando pela questão da evasão escolar como um fator que impede a construção da cidadania. O fechamento do presente item está relacionando à práxis do assistente social frente à evasão escolar, considerando esta enquanto demanda para o Serviço Social.

3.1 A evasão escolar

A evasão escolar no Brasil não se trata de um problema restrito a algumas instituições de ensino, mas um problema de ordem nacional, que afeta principalmente as classes mais desfavorecidas da sociedade. Sendo assim, é um problema complexo que exige reflexões, debates e análises específicas no cenário das políticas públicas, em especial da educação, reflexo de problemas sociais que afetam diretamente no desenvolvimento da escola, professores, alunos e família. Trata-se de um conceito que vai além do abandono da escola. São múltiplos os fatores que a desencadeia, assim como são múltiplas as suas consequências.

Envolve o processo de ensino-aprendizagem ocasionando sérios impactos no sistema educacional. Segundo Pacievitch (2009), a evasão escolar caracteriza-se como abandono do aluno com a frequência escolar, que deixa de frequentar as aulas, desistindo de prosseguir com os estudos durante o ano letivo.

No que tange à evasão escolar, podemos dizer, ainda, que existem aparatos jurídicos que diferem sobre tal assunto, como a LDB de 1996 preconiza em seu artigo 12, inciso VIII: art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. (BRASIL, 1996).

Esta legislação vem somar juntamente com outros dispositivos legais e constitucionais apontando caminhos para uma intervenção preventiva, visando combatê-la de forma efetiva e eficiente. Neste sentido, compreende-se a evasão escolar como uma das demandas que se apresentam nas escolas, estando ligadas às várias formas de expressão da questão social enfrentadas não só pelos alunos, mas também pelos seus familiares.

Como já citado anteriormente, a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 estabelece no art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1998).

Este artigo declara em seu texto constitucional a educação como um direito e dever do Estado e dos Municípios, mas que deve ser compartilhado pela família, comunidade e sociedade formando uma rede de parceria, atuando mutuamente de maneira em que todos colaborem para garantia da educação, visto que a aprendizagem

[...] é um processo de construção que se dá na interação permanente do sujeito com o meio que o cerca. Meio esse, expresso pela família, depois pelo acréscimo da escola, ambos permeados pela sociedade em que estão. (MENEZES, 2010, p. 01).

Nesta perspectiva pode-se constatar que esta parceria traz um fortalecimento para comunidade escolar auxiliando no combate à evasão escolar. Os motivos e causas que contribuem para o abandono escolar são diversos, dentre eles estão à baixa qualidade de ensino, problemas socioeconômicos, condições geográficas e culturais, entre outros fatores estes que particularizaremos no próximo subitem.

3.2 Os motivos da evasão escolar

Na literatura sobre o assunto, encontram-se diversas causas para o abandono escolar, que podem estar relacionadas a aspectos socioeconômicos, causas relativas ao professor, causas relativas ao aluno e causas relativas às práticas pedagógicas e institucionais.

A evasão escolar tornou-se atualmente, um dos problemas de maior preponderância na agenda pública dos governantes, pois os resultados no âmbito educacional brasileiro não são satisfatórios e, afeta diretamente a sociedade. Entende-se que a desqualificação do ensino se caracteriza historicamente e deve-se considerar que a evasão escolar ocorre quando o aluno deixa de frequentar a escola, caracterizando o abandono escolar, neste sentido, este aluno deve ser compreendido por diversos fatores de natureza política, social, econômica de valores culturais e motivacionais, além de geográficos e de aspectos de natureza interna à escola.

Em decorrência dos fatos, as discussões acerca do papel da família, do próprio aluno e sem eximir a responsabilidade do Estado, elevam o debate sobre a educação, em especial aos motivos que levam os alunos a se evadirem da escola.

É evidente que ocorre um processo de democratização do sistema educacional brasileiro, possibilitando maior ingresso das pessoas menos favorecidas economicamente nas unidades de ensino. Contudo, o caminho a trilhar é longo, mesmo com a ampliação e melhor acessibilidade ao sistema de ensino no país. Vale ressaltar que apenas o acesso ao ensino, não significa a garantia contínua de um estudo de qualidade.

Dessa forma, a evasão se coloca também em outro patamar, pois um Estado que visa muito mais à questão do mercado de trabalho é claro que não importa se esse indivíduo irá aprender ou não o que realmente importa é integrar o sistema de ensino, por isso se quer quantidade ao invés de qualidade.

Na realidade, o governo com essas medidas paliativas e focalizadas só age de tal forma, com a finalidade de atender uma ordem social vigente, que visa contribuir com a má formação dos alunos e em consequência o desinteresse dos mesmos em frequentarem a escola, atendendo assim aos interesses da elite.

Segundo Ceratti (2008) as causas da evasão escolar é entendida por muitos autores por fracasso escolar, e as consequências da evasão escolar vão muito além do que podemos imaginar e, às vezes, até prever. Segundo a autora, alunos evadidos das escolas podem ocasionar a desistência por tempo ilimitado aos estudos, entre outras consequências.

Frente às pesquisas, é importante realizar uma análise crítica e reflexiva sobre as causas da evasão escolar, já que, estas se apresentam de diversas formas e não se pode culpabilizar ora o aluno, ora professor e ora família, deve-se evidenciar o papel do Estado como maior protagonista das políticas educacionais e ter como parceiros neste processo, alunos, professores e família. Com isso, é possível destacar algumas hipóteses entre as mais diversas causas da evasão escolar, os fatores intra-escolar e extra-escolar.

No que tange os fatores intraescolares pode-se citar os aspectos de infraestrutura da escola, a pouca proximidade entre professor que se preocupa em apenas, passar o conteúdo e o aluno que, finge que está aprendendo. A falta de material didático de boa qualidade aos alunos, a adaptação em sala de aula, o distanciamento do corpo docente, a violência dentro da escola, má remuneração dos professores e a falta de preparo destes profissionais, todos estes fatores somados a outros contribuem para a evasão escolar.

Em relação aos problemas extraescolares, evidencia-se pouca interação entre professor e aluno, a gravidez na adolescência, o envolvimento em delitos, o envolvimento com drogas, entre outras. Os fatores socioeconômicos também contribuem para o desinteresse do aluno pela escola, quando este precisa trabalhar para ajudar na renda familiar, trabalhando durante o dia e devido ao cansaço, tendo baixo rendimento nos estudos à noite. Os fatores intrafamiliar

contribuem para o baixo rendimento escolar como o desinteresse dos próprios pais em incentivar seus filhos nos estudos e na participação no rendimento escolar culminando na evasão escolar.

Portanto, a ocorrência de baixa auto-estima ligada à timidez excessiva e ao sentimento de incapacidade, dificuldade para o ingresso no mercado de trabalho, má qualidade de vida, desqualificação e barateamento de mão-de-obra, estímulo a violência e prostituição, gravidez precoce, consumo e tráfico de drogas. Enfim, a maior consequência é a consolidação da desigualdade social que, por sua vez, coloca as pessoas numa situação completamente desprotegida, com dificuldades de saída dessa complicada condição. (CERATTI, 2008, p.33).

A evasão escolar historicamente permeia as discussões, as reflexões e os debates no âmbito da educação, uma vez que, até os dias de hoje, essa temática tem sido notória como uma manifestação da questão social na sociedade capitalista brasileira. Em virtude disso, debates a respeito dos rumos que a evasão tem tomado estão se pautando no dever da família, da escola e do Estado para a permanência do aluno, como estabelece a LDB, art. 2º

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1998).

Em face disso, destaca-se que a educação não tem sido plena para todos os cidadãos, dos quais a grande maioria, por diversos motivos/fatores não concretizam o acesso ao direito de concluir os níveis básicos de escolaridade, caracterizando, portanto, os significantes índices de evasão e repetência escolar. A evasão escolar é vista como uma importante expressão da questão social, pois a interrupção do aluno na sua trajetória escolar gera uma série de prejuízos tanto para sociedade civil como para si mesmo, pois se tornará um trabalhador sem qualificação, mal remunerado e sempre a mercê do desemprego.

É importante ressaltar que os motivos que levam à evasão escolar são consequências de uma democratização da educação que gera maior acessibilidade e ingresso de pessoas à escola, mas que por outro lado prejudica em sua qualidade, podendo ocasionar uma má formação do aluno e desinteresse dos mesmos em frequentar a escola, sendo este o principal motivo do abandono escolar, conseguinte da necessidade de trabalhar, advindos dos fatores intra e extraescolares.

A Constituição Federal de 1988, nesta perspectiva, vem dar um respaldo para que a evasão escolar não se propague instituindo em seu texto constitucional leis que responsabilizam o Estado, a família e comunidade na orientação do processo de formação

estimulando também pesquisas com intuito de inserir crianças e adolescentes na escola, estabelecendo também em um dos seus artigos um plano nacional de educação que, em suas diretrizes e objetivos devem conter ações articuladas aos poderes públicos para a erradicação do analfabetismo, a universalização e melhoria na qualidade de ensino.

Acredita-se que ao evitar a evasão escolar se está prevenindo situações de violência acometida a criança e ao adolescente, pois ao desvincularem-se da escola ficam mais vulneráveis socialmente.

A vulnerabilidade social vem sendo avaliada pelo acesso a informação, recursos destinados a saúde, qualidade de serviços, nível geral de população com base em comportamento de indicadores de saúde como por exemplo o coeficiente de mortalidade infantil, aspectos sócio políticos, grau de liberdade de pensamento e expressão, grau de prioridade política dada a saúde, condições de bem estar social, moradia, escola, acesso a bens de consumo, entre outros. (CALAZANS, 2006, p. 35).

A vulnerabilidade social é entendida como um reflexo de determinações próprias do sistema capitalista, onde cresce o problema central do mundo contemporâneo, sob o domínio do grande capital financeiro em relação ao capital produtivo: “o desemprego e a crescente exclusão de contingentes expressivos de trabalhadores dá a possibilidade de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, que se torna estreito em relação à oferta de força de trabalho disponível”. (IAMAMOTO, 2000, p.87).

Sendo assim, não há um diagnóstico preciso, mas é evidente a vulnerabilidade social no contexto das famílias presentes na comunidade escolar. A comunidade escolar é representada por atores sociais, ou seja, professores, gestores, mas também crianças, adolescentes e suas famílias, são concebidas através das relações sociais. Para o Serviço Social o ambiente escolar passará a ser utilizado não só como uma área de aprendizado, mas também como um instrumento para a conscientização e viabilização da garantia de direitos dos estudantes, pais e comunidade, pois, na medida em que os profissionais que atuam na escola se aproximam do estudante, automaticamente estreita-se o vínculo dos profissionais inseridos no ambiente escolar com a família dos estudantes.

Assim, a família foi apontada como um dos determinantes do fracasso escolar da criança, seja pelas suas condições de vida, seja por não acompanhar o aluno em suas atividades escolares. Existe um grande abismo entres as classes sociais no nosso país que acentuam as desigualdades sociais e que são resultantes das "diferenças de classe", e, portanto, são elas que "marcam" o fracasso escolar nas camadas populares.

É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais locais. (ARROYO, 1991, p. 21).

Autores como Bourdieu, Cunha, Fukui e outros, apontam a escola como responsável pelo sucesso ou fracasso dos alunos das escolas públicas, tomando como base explicações que variam desde o seu caráter reprodutor até o papel e a prática pedagógica do professor.

Diferentemente dos autores que apontam a criança e a família como responsáveis pelo fracasso escolar, Fukui (in BRANDÃO et al, 1983, p. 23) ressalta a responsabilidade da escola afirmando que "o fenômeno da evasão e repetência longe está de ser fruto de características individuais dos alunos e suas famílias. Ao contrário, refletem a forma como a escola recebe e exerce ação sobre os membros destes diferentes segmentos da sociedade".

E dentro da escola, o professor é apontado como produtor do fracasso escolar. Para Rosenthal e Jacobson (GOMES, 1994, p. 114) a responsabilidade do professor pelo fracasso escolar do aluno se deve às expectativas negativas que este tem em relação aos seus alunos considerados como "deficientes", os quais, muitas vezes, apresentam comportamentos de acordo com o que o professor espera deles.

Para Charlot (2000), não existe o fracasso escolar, ou seja, não existe o objeto fracasso escolar, mas sim, alunos em situações de fracasso, alunos que não conseguem aprender o que se quer que eles aprendam, que não constroem certos conhecimentos ou competências, que naufragam e reagem com condutas de retração, desordem e agressão, enfim histórias escolares não bem sucedidas, e são essas situações e essas histórias denominadas pelos educadores e pela mídia de fracasso escolar é que devem ser estudadas, analisadas, e não algum objeto misterioso, ou algum vírus resistente, chamado "fracasso escolar".

Assim, ao identificar os aspectos que colaboram pra evasão escolar, entendem-se que é preciso se debruçar sobre eles, para que a escola conheça e reflita sobre os diferentes aspectos que permeiam no decorrer de suas atividades político-pedagógicas na tentativa de oferecer uma educação que venha atender, de fato, às necessidades do indivíduo e da sociedade e, principalmente superar o processo de evasão escolar que exclui principalmente as crianças desfavorecidas socialmente.

3.3 Uma reflexão sobre as famílias e o trabalho do Serviço Social junto a este público

Diante do exposto no capítulo anterior, faz-se necessário conhecermos melhor como vem se constituindo ao longo dos anos esse importante pilar de sustentação de nossa sociedade e da educação: família.

De acordo com Bruschini (2000) a família é um grupo social composto de indivíduos por sexo e por idade que se relacionam no cotidiano, gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções. A família não é uma instituição natural, podendo assumir configurações diversificadas em sociedades ou grupo sociais heterogêneos.

Na aristocracia dos séculos XVI e XVII, as famílias viviam nas ruas, não se isolavam. Era constituída visando apenas à transmissão da vida; a conservação dos bens; a prática de um ofício; a ajuda mútua e a proteção da honra e da vida em caso de crise. Porém, uma das maiores mudanças na via cotidiana da família ocorre no século XVIII, período em que as residências passam a ter cômodos com separações que asseguram a privacidade dos indivíduos na própria família. Nesse mesmo século, a saúde e a educação entram para o rol das maiores preocupações dos pais em relação aos filhos. (GUEIROS, 2002).

No século XIX, com o advento da urbanização, o início da industrialização, a abolição da escravatura e a imigração provocam a passagem da família extensa para o modelo conjugal, dando um maior privilégio às funções afetivas. Nessa mesma época, a maternidade ganha ares de profissão e se torna o valor central das mulheres das famílias de classe média e alta. Como educadora, cabe à mãe transmitir aos filhos os valores da sociedade, tornando-se, assim, reprodutora por excelência da ideologia dominante.

De acordo com Gueiros (2002), existem traços do modelo de família patriarcal que persistem até o século XX, fundamentada inclusive na legislação, pois, no Brasil, somente na Constituição de 1988 é que a mulher e o homem são assumidos com igualdade no que diz respeito aos direitos e deveres na sociedade conjugal.

Nas duas últimas décadas do século XX, ocorrem novas mudanças em relação à família no que se refere aos seus arranjos e a condição do homem e da mulher como chefe de família. Essas mudanças se processam entre conflitos e tensões e certas características dos diferentes modelos de família que convivem no mesmo espaço, aumentando assim seu grau de complexidade.

O reconhecimento da fundação da família no contexto da vida social está explícito no art. 226 da Constituição Federal, e se reafirma nas legislações específicas de assistência social – ECA, Estatuto do Idoso e na própria Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que no seu Art. 20, § 1º, afirma que:

A família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos, os filhos, enteados e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto (p. 07).

Sendo assim, a família brasileira, nos dias atuais, configuram-se a partir de mudanças significativas em todos os seguimentos da população, transformações estas decorrentes da modernização da sociedade na segunda metade do século XX. Hoje, não é possível falar de conceito família, mas sim, famílias. O uso do plural se justifica pelo sentido de abarcar, na concepção família, a diversidade existente de arranjos familiares hoje na sociedade brasileira.

Dessa forma, a família pode ser definida como um núcleo de pessoa que convivem em um determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido (MIOTO, 1997, p.120).

Nesse sentido, conceder a família em suas múltiplas configurações e formas de organização é um desafio importante para o Serviço Social na educação, uma vez que neste espaço que as crianças e adolescentes socializam suas experiências.

Não há um modelo ideal de família, há vários arranjos familiares. E o conceito de família pode ser múltiplo, variado e aberto a alterações constantes. Não é uma estrutura de família diferente daquela tida como padrão que a torna desestruturada. A análise da realidade mostra que não é a forma de organização das famílias que é responsável pelo fracasso escolar ou por comportamentos considerados inadequados (BARBOSA, 2010, p. 41).

Os novos arranjos familiares é uma realidade vivenciada em todas as classes sociais, pois o modelo de família nuclear (composta de pai, mãe e filhos) que prevaleceu por vários séculos não é mais hegemônico e as famílias passaram a ter uma nova organização, tais como: famílias chefiadas por mulheres; famílias homoafetivas (casais do mesmo sexo e filhos), etc.

A família constitui-se como uma das áreas prioritárias de ação dos assistentes sociais, sendo o contexto familiar uma fonte de preocupação devido à complexidade de tal ação e também um campo rico para intervenções.

Assim, se faz imprescindível a participação da família na vida escolar de seus filhos. Para se analisar esse nível de participação é necessário também atentarmos para as diferentes condições socioeconômicas da sociedade brasileira, pois o fracasso escolar atinge na sua maioria, as crianças das famílias com baixo poder aquisitivo e das escolas públicas localizadas nas áreas de vulnerabilidade social.

A participação das famílias na vida escolar dos filhos demanda tempo, valorização da escola, interesse acadêmico, familiaridade com as matérias e habilidades para ensinar o seu filho em casa. Segundo o ECA, nos seus artigos 4º e 5º

O dever da família com o processo de escolaridade e a importância de sua presença no contexto escolar é publicamente reconhecido na legislação nacional, como se pode observar nas diretrizes do Ministério da Educação aprovadas no decorrer dos anos 90, e também no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. (BRASIL, 1990, p. 07-08).

A análise das práticas atualmente desenvolvidas pelos assistentes sociais, tendo como foco as famílias, nos permite verificar que tais práticas ainda são, em sua maioria, pautadas nos padrões de normatividade e estabilidade. Tira-se de foco a discussão da família, no contexto de uma sociedade desigual e excludente, e fortalece-se, direta ou indiretamente, uma visão da família como produtora de patologia; busca-se a “pacificação artificial” das famílias.

As concepções tradicionais de família persistem no imaginário de muitos profissionais. Nesse sentido, Mito (2001) argumenta que se espera um mesmo padrão de funcionalidade das famílias, independente do lugar em que estão localizadas na linha da estratificação social, padrão este calcado em postulações culturais tradicionais, referentes, principalmente, aos papéis de pai e de mãe. Assim, a análise da prática profissional com famílias pode acontecer a partir de diferentes perspectivas, dentre elas o percurso histórico da profissão, o seu papel na divisão sociotécnica do trabalho e de seus condicionamentos macroestruturais, da formação profissional e da responsabilidade dos assistentes no processo de apropriação do projeto ético-político da categoria.

Em seu cotidiano, os assistentes sociais desenvolvem ações que necessitam adaptar-se às especificidades apresentadas pela realidade de cada constelação familiar. No entanto, continuam sendo tratadas de forma indiferenciada. São elas: ações sócio-educativas, ações sócio-terapêuticas, ações periciais, ações sócio-assistenciais, ações de acolhimento e apoio sócio-institucional. Tal constatação deve mobilizar os profissionais da área a buscarem o enfrentamento do desafio de buscar metodologias que concebam a família como um grupo com necessidades próprias e únicas.

A prática profissional do assistente social leva-o a encontrar formas de atendimento mais eficazes e efetivas, superando as visões fragmentadas e lineares. O processo de trabalho no Serviço Social é pautado no profissional. Esse instrumental não compreende apenas o arsenal de técnicas utilizadas para a efetivação do serviço, mas também o arsenal teórico-metodológico (conhecimento, valores, herança cultural, habilidades). De acordo com

Iamamoto (1998, p. 43), essa base teórico-metodológica é constituída pelos “recursos essenciais que o assistente social aciona para exercer o seu trabalho”, a fim de iluminar a leitura da realidade, relacionar melhor sua ação e moldá-la.

Cabe destacar que a família aparece como demanda para o Serviço Social quando ocorre algum problema ou conflito na função social, ou seja, quando a família, por certo motivo, não conseguir cumprir o seu papel.

Deve-se apreender a família do ponto de vista teórico, com um pensamento crítico, desvelado à realidade, analisando as relações de totalidade e, principalmente, considerando as determinações históricas, para não culpabilizá-la e nem fazer uma psicologização das questões que são sociais. Para se ter uma visão crítica de família, é preciso analisá-la como uma construção histórica. A ação do assistente social deve ser transformadora, buscando a emancipação e o autodesenvolvimento da família. O profissional deve atuar nas demandas, sendo que as mesmas deverão providenciar respostas.

O assistente social, como um profissional que tem como seu objeto de intervenção as necessidades sociais, deve intervir nas expressões da questão social. Tais expressões rebatem no campo de trabalho como uma consequência do sistema que fundamenta o capitalismo, aparece no sujeito individual e/ou coletivo em situação de vulnerabilidade social e pessoal. É no âmbito da família que se encontram o maior número de demandas, e é nela também que deve estar a ação do assistente social.

É nesse sentido que, o serviço social inserido no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando alternativas à problemática social vivida por crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria de suas condições de enfrentamento da vida escolar. O profissional do serviço social tem a atribuição de analisar as causas dos problemas sociais detectados em relação aos alunos, tendo como objetivo saná-los ou atenuá-los. (BRESSAN, 2011).

O Serviço Social contribui de forma a identificar os fatores sociais, culturais e econômicos determinantes dos processos que afligem atualmente o campo educacional, como a evasão escolar. Também contribui na medida em que proporciona o encaminhamento aos serviços sociais e assistenciais, necessários aos alunos que apresentam dificuldades financeiras, contribuindo assim, para a efetivação do seu direito à educação.

O trabalho do assistente social educacional se caracteriza em articular as organizações existentes na comunidade como conselhos comunitários, organizações não governamentais e ter sempre presente uma análise conjuntural do contexto social, levantando suas dificuldades ou necessidades. Sua inserção na política da educação se constituirá em uma parceria

importante na soma de esforços em busca de soluções que venham sanar alguns problemas instalados na educação pública, no que se refere ao direito de acesso e permanência do aluno na escola. (BRESSAN, 2011).

É no cotidiano da escola e da família que se apresentam as diferentes expressões da questão social, como desemprego, subemprego, trabalho infante-juvenil, baixa renda, fome, desnutrição, problemas de saúde, habitações inadequadas, drogas, pais negligentes, família multiproblemáticas, violência doméstica, pobreza, desigualdade social, exclusão social, dentre outras manifestações. O enfrentamento destas demandas evidencia a inserção do profissional do Serviço Social, com o objetivo de cooperar para a resolução destas e de outras problemáticas que desafiam a escola, a família e a sociedade como um todo.

A resolução das problemáticas sociais que chegam ao contexto escolar e demandam por ações conjuntas e eficazes, requer, especialmente dos profissionais do Serviço Social, a busca de estratégias que assegurem o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola; favoreçam a relação família-escola-comunidade, ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo; oportunizem a ampliação da visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais; proporcionem a articulação entre educação e as demais política sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos (MARTINS, 1999, p. 60).

Acredita-se que uma das maiores contribuições que o Serviço Social pode fazer na área educacional é a aproximação da família no contexto escolar. É intervindo na família, através de ações ou de trabalhos de grupo com os pais, que se mostra a importância da relação escola-aluno-família. O assistente social poderá diagnosticar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam a problemática social no campo educacional e, conseqüentemente, trabalhar com um método preventivo destes, no intuito de evitar que o ciclo se repita novamente (SANTOS, 2011).

A articulação entre as famílias e a escola é uma das tarefas primordiais do assistente social, desenvolvendo contatos com os pais e responsáveis, a fim de estreitar os vínculos destes com a instituição educacional e reforçar o senso de responsabilidade destes pelo desenvolvimento e pela aprendizagem dos filhos. A partir do conhecimento de dinâmicas de grupo, o assistente social pode facilitar o fluxo de demandas, críticas, sugestões, provenientes das famílias.

Ao assistente social, pela sua própria formação, cabe, por exemplo, estabelecer contatos com as famílias e o Conselho Tutelar Regional, bem como promover cursos de

capacitação aos pais e professores acerca do ECA, além de acompanhar e encaminhar problemas mais evidentes de casos sociais.

3.3.1 A intervenção do assistente social frente à evasão escolar

Este subitem tem por finalidade apresentar o serviço social chamando a atenção para a inserção do profissional na política de educação, discutindo o processo interventivo frente à evasão escolar, demanda constantemente presente na área educacional.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que o serviço social é uma profissão interventiva, pois atua na realidade social visando modificar seus aspectos, propondo soluções e melhorias em favor da população em situação de vulnerabilidade e risco social, através de uma visão crítica da realidade, pautada por conhecimentos teórico-metodológicos, técnico-operativo, ético-político além de aparatos jurídicos e legislativos.

Arendt (1972) considera que a escola é a instituição pela qual interpomos entre o domínio privado do lar e o mundo com o fito de fazer que seja possível a transição, de alguma forma, da família para o mundo. Trata-se, pois, da instituição responsável por introduzir as novas gerações na cultura historicamente construída.

Podemos defini-la como uma instituição social formadora do conhecimento humano, o qual é trabalhado no contexto escolar com a realidade social do aluno, que busca sanar seus problemas e necessidades sociais. Por isso é importante realizar um diagnóstico familiar e aproximar mais o cotidiano familiar com o escolar. Deste modo, a escola é uma instituição preparada para desenvolver os valores sociais dos sujeitos (alunos e familiares), sendo capaz de prepará-los para viver em sociedade. Dá-se, então, a importância do trabalho com grupos de famílias no contexto escolar enfatizando o fortalecimento e encaminhamento para o indivíduo aprender a viver em sociedade, tanto as crianças quanto os adolescentes, assim como seus pais e/ou responsáveis.

As políticas sociais e, especialmente, a política de educação, são espaços conflitantes, uma vez que expressam as lutas de classes e que através da correlação de forças elas se legitimam historicamente.

[...] a política de educação pode ser concebida também como expressão da própria questão social na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social. (ALMEIDA, 2007, p. 01).

A educação, como é uma política pública que procura desenvolver o senso crítico do aluno, deve conhecer e respeitar a realidade social, cultural e econômica dos alunos, tendo um conhecimento geral da comunidade na qual o educando encontra-se inserido. O que ratifica a importância da inserção do assistente social no ambiente educacional, uma vez que o mesmo busca priorizar a formação dos sujeitos para a cidadania, orientar acerca dos seus direitos e deveres, isto é, seres sujeitos autônomos.

Com isso, nas instituições de ensino público, iniciou-se um processo de sucateamento, desvalorização do aluno e do professor enquanto as escolas privadas foram supervalorizadas. Dentre as dificuldades vivenciadas pela política educacional nos dias atuais, está a questão da evasão escolar. A concepção de insucesso escolar e evasão escolar têm sido focadas no indivíduo, na classe social em que está inserido, no fracasso de um sistema social, econômico e político.

O Serviço Social na educação contribui para a identificação de fatores sociais, culturais e econômicos que afligem o campo educacional, como a evasão escolar, baixo rendimento, atitudes e comportamentos agressivos etc. Estas questões são de grande complexidade e, conseqüentemente, necessitam de uma intervenção coletiva, bem como pela família, visando uma ação efetiva.

Nesta ótica, se faz necessária a inserção do Serviço Social no âmbito educacional, visto que, esta é uma profissão que atua na realidade social intervindo nas situações de vulnerabilidade e risco social, fazendo uma leitura crítica desta realidade, buscando apreender a questão social e suas expressões, com intuito de modificar aspectos trazendo melhorias em prol dos sujeitos e sua comunidade.

No que tange a práxis do assistente social frente à evasão escolar este tem enquanto compromisso o fortalecimento das políticas públicas locais articuladas em rede, conhecendo seu objeto de trabalho em conjunto com equipes multidisciplinares na identificação de fatores sociais, culturais e econômicos que atingem o campo educacional, possibilitando um desvelamento dos motivos que acarretam a evasão escolar desvendando limites e possibilidades para que possam propor alternativas objetivando a permanência e o retorno do adolescente a rede de ensino.

Assim, o Serviço Social é inserido na escola com o intuito de contribuir com as ações de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos, para que, juntos, possam trabalhar com a educação, com a consciência, com a oportunidade de que as pessoas tornem-se sujeitos de sua própria história. Tem-se a necessidade de fazer algo em torno dos problemas sociais que repercutem e implicam de forma negativa no desempenho do aluno.

A escola, enquanto equipamento social, precisa estar atenta para as mais diferentes formas de manifestação de exclusão social, incluindo-se desde questões que vão de violência, atitudes discriminatórias, de etnia, do gênero, de sexo, de classe social, etc., reprovações, até a evasão escolar, que muitas vezes é provocada pela necessidade do aluno de trabalhar para contribuir na renda familiar. E é nesse contexto que se apresenta o fracasso escolar, pois mais do que nunca, a escola atual tem o dever de estar alerta à realidade social do aluno. (SANTOS, 2011, p. 26).

Conforme o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (2001)

Os problemas sociais a serem combatidos pelo profissional do Serviço Social na área da educação são o baixo rendimento escolar, a evasão escolar, o desinteresse pelo aprendizado, os problemas com indisciplina, a insubordinação a qualquer limite ou regra escolar, a vulnerabilidade às drogas; as atitudes e comportamentos agressivos e violentos (p. 23).

Acredita-se que uma das maiores contribuições que o Serviço Social pode fazer na área educacional é a aproximação da família no contexto escolar. É intervindo na família, através de ações ou de trabalhos de grupo com os pais, que se mostra a importância da relação escola-aluno-família. O assistente social poderá diagnosticar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam a problemática social no campo educacional e, conseqüentemente, trabalhar com um método preventivo destes, no intuito de evitar que o ciclo se repita novamente. (SANTOS, 2011).

Com relação a efetivação ao direito à educação o CFESS (2001, p. 13) designa atividades que caberá ao profissional desenvolver: pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar; elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania.

Assim, entende-se que o profissional tem o compromisso de conhecer o seu objeto de trabalho, isto é, saber que contexto cada aluno está inserido para que haja uma ação mais qualificada visando à elaboração e à execução de programas voltados ao atendimento familiar e prevenção da evasão escolar, buscando contribuir para o desempenho do aluno que deve estar atrelado à cidadania.

Dando continuidade o CFESS (2001, p.13) ainda ressalta a participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública; articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades; realização de visitas sociais com o

objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente; elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais.

A escola é um dos espaços sociais em que se revelam as contradições do sistema capitalista, as quais se manifestam em inúmeras expressões da questão social, como violência, negligência, uso de drogas, falta de acesso a serviços de saúde e de assistência social, falta de proteção à infância e à juventude. A partir dessa constatação, é possível afirmar que o social pode interferir, de forma expressiva, na qualidade da aprendizagem, especialmente se a realidade do aluno não for compreendida pela escola.

Assim, o conhecimento específico do assistente social sobre a questão social, somado e integrado à especificidade dos demais profissionais, tem somente a contribuir de forma relevante para a qualificação do processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a aproximação à realidade social do aluno, o entendimento sobre a dinâmica familiar e a contextualização ao corpo docente são estratégias fundamentais para o atendimento às necessidades de aprendizagem.

Vale destacar que a principal atuação do assistente social neste campo se dá pelo desvelamento dos motivos que acarretam a evasão escolar no intuito de contribuir com a ampliação do processo de aprendizagem, ao acesso e a permanência das crianças e adolescentes no seu desenvolvimento educacional, levando a extensão dessa convivência para diversas pessoas como, familiares, sua comunidade ou grupo ao qual faz parte.

E, ainda sobre a práxis do Serviço Social, Martins (1999) apud Santos (s.d, s.p) assevera que os objetivos são: contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola; favorecer a relação família – escola – comunidade ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo; ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais; proporcionar articulação entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos.

Pode-se afirmar então que o profissional assume enquanto atribuição promover a interação e a participação família-escola-comunidade no processo educativo com o objetivo de contribuir com a permanência do aluno na escola de forma frequente, articulando e realizando trabalhos intergeracionais junto às demais políticas sociais e organizações na prevenção da evasão escolar visando valorizar a importância da educação em suas vidas.

Portanto, cabe ao assistente social no âmbito escolar desvendar limites e possibilidades propondo alternativas através de suas competências profissionais, que auxiliem e intercedam nas contradições presentes neste campo, realizando um elo entre a família e a escola, possibilitando a esta conhecer as demandas sociais das famílias, para que, a partir disso se tenha maior qualidade no processo de ensino e aprendizagem.

O assistente social deve ser um elo para articulação entre escola, família e a comunidade, a fim de propor a participação e a aproximação dos mesmos, abrindo espaço para críticas e sugestões, coleta de dados e informações para subsidiar as reflexões dos professores e da coordenação pedagógica no intuito de evitar conflitos desnecessários e possibilitar a implementação de ações que não distanciem o aluno da escola, mas que possam servir de complemento às atividades desenvolvidas na unidade de ensino.

4 A APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Nesta quarta seção, busca-se tratar sobre a evasão escolar na Escola Municipal Ana Azevedo, destacando-se um breve histórico da Escola Municipal Ana Azevedo, lócus da pesquisa, dando sequência faz-se o delineamento metodológico do estudo e por último, analisam-se os resultados da pesquisa realizada em campo.

4.1 Breve histórico do campo de pesquisa

A Escola Municipal Ana Azevedo (EMAA), pertencente à rede de escolas municipais de Campina Grande, está localizada na zona urbana, Avenida das Nações s/n, no Bairro das Nações, cidade de Campina Grande (PB).

Foi inaugurada no ano de 1949, na gestão do Ilmo. Dr. Elpídio de Almeida, tendo recebido o nome de EMAA, em homenagem a família Azevedo, na pessoa da Sra. Ana Cavalcante de Azevedo, por ter doado o terreno para a construção da mencionada escola atendendo a carência e a necessidade da comunidade.

Os primeiros educadores fundadores foram as senhoras professoras: Maria José Siqueira Pequeno, Creuza Brandão, Esdra Guimarães Batista, Otávia Muniz. O primeiro servente foi o Sr. Manoel André de Araújo.

Nos primeiros anos de funcionamento, a escola não contava com o administrador nem supervisor escolar; só a partir de 1959 passou a ter como responsável a professora Maria das Graças Silva Bezerra (falecida). Em 1961, assumiu a responsabilidade da Instituição a professora Maria Helena de Oliveira, tendo exercido o cargo até o ano de 1966, afastada por motivo de doença. Em 1967, a Secretaria de Educação e Cultura, na pessoa do professor Ivanildo Holanda, designou a professora Iraci Diniz Silva para ocupar o cargo de diretora deste estabelecimento de ensino. Neste período, a Secretaria de Educação e Cultura implantou nas escolas municipais o Serviço de Assistência ao Educando, como sejam: o banco do livro e a merenda escolar.

Em 1983, assumiu a direção a professora Antonieta Costa Alconforado, mas foi substituída em 1985, pela professora Eluzinete Lopes de Araújo que encaminhou os trabalhos desta escola até o ano 2000. Neste percurso passou pelo processo eleitoral, nos anos de 1990 e 1993, sendo eleita como candidata única, conforme o Regimento do Estatuto do Magistério, tendo cumprido legalmente seus mandatos. Em 1995 e 1999 foram abertos processos para eleição de direção e não havendo candidata a mesma prosseguiu dirigindo a escola.

A atual gestora da escola é a pedagoga Elisângela Silva da Costa Gregório, eleita através do processo eleitoral em Novembro de 2012 e empossada em Dezembro do referente ano. Visando desenvolver atividades que venham atender a necessidade e desenvolvimento do educando, a escola continua a busca pela condução a participação em atividades socioculturais.

De acordo com o Relatório de Estágio (2013), no que se refere ao espaço físico, atualmente (2014) a instituição possui 04 banheiros; 01 sala para diretoria; 02 depósitos para guardar material didático e de uso do professor; 01 sala dos professores, junto a diretoria; 06 salas de aula, contando com 05 em funcionamento para aulas e 01 para sala de informática; 01 sala em que funciona o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e, no mesmo ambiente, apenas separada por uma parede, funciona a Biblioteca, Sala de Vídeo e Jogos, bem como os atendimentos feitos pela Assistente Social; 02 áreas para recreação; 01 quadra esportiva; 01 cantina; 01 cozinha ampla, disponibilizando de dois espaços, um para guardar os produtos de limpeza e o outro para organizar a merenda escolar.

Atualmente (2014), têm-se 200 alunos matriculados e 28 funcionários, nos turnos manhã/tarde/noite, sendo a maioria vindo de outros bairros próximos (ou não) e de renda familiar baixa.

A verba, disponibilizada para a escola, vêm do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) diretamente do Ministério da Educação (MEC); a verba da merenda é fornecida pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), isto é, programa fornecido através de verbas federais. Os materiais utilizados pela escola são comprados com recursos do PDDE, que é repassado ao Conselho Escolar e que, por sua vez, decidem coletivamente como serão gastos.

O PNAE é um programa federal implantado desde 1995 pelo MEC. É um dos antigos programas de suplementação alimentar em execução no país. Seu objetivo é garantir aos pré-escolares e escolares na faixa etária de 7 a 14 anos, o atendimento de 15% das suas necessidades nutricionais diárias.

O PDDE é um programa federal implantado desde 1995 também pelo MEC, e executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Sua finalidade está na descentralização da execução dos recursos federais destinados a educação fundamental e no esforço do exercício da cidadania. É direcionado às redes estaduais do Distrito Federal e Municipal do ensino fundamental, além de escolas de educação especial mantidas por organizações não governamentais.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da EMAA tem o objetivo de desenvolver projetos e atividades pedagógicas que propiciem o desenvolvimento do educando, oportunizando condições de participação em todos os momentos da escola e que todos os que compõem a comunidade se unam para alavancar o progresso de processo ensino-aprendizagem.

A escola mantém um bom relacionamento com a comunidade, onde a participação dos pais nas reuniões bimestrais e, também com a presença na escola sempre que solicitada, confirmam o bom nível desse relacionamento. Outra forma de inserção da comunidade na escola é através do conselho escolar.

Os conselhos constituem a porta de entrada da comunidade na gestão escolar, permitindo a participação ativa de alunos, pais, professores nas decisões da escola, controlando e elaborando ações que possam influenciar na melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas instituições educacionais. O conselho da EMAA foi fundado em 2013 e é formado através de eleições diretas, sendo composto por gestora, funcionários da escola, pais e alunos.

Apesar de ser tímido o número de profissionais de Serviço Social atuando na educação, mas sua contribuição é de suma importância na identificação de fatores e demandas sociais, culturais e econômicos que vão determinar os processos que afligem o campo educacional, tais como: evasão escolar, baixo rendimento escolar, desinteresse pelo aprendizado e comportamentos agressivos etc. Os altos níveis de pobreza e miséria que atingem a população brasileira se expressam de várias formas e o sistema de ensino se constitui em um dos espaços que os problemas sociais se concretizam.

Os instrumentos e técnicas utilizados pelo serviço social no enfrentamento dos problemas acima citados são: visitas domiciliares e a outras instituições; atendimentos diários aos alunos e aos pais; articulação com a comunidade escolar e com a rede que pode ser inserida a criança e/ou adolescente; encaminhamentos a outras instituições ou programas (Programa Bolsa Família - PBF, Conselho Tutelar, Delegacia da Mulher, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB e Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Unidade Básica de Saúde - UBS etc); oficinas temáticas; reuniões e palestras.

O Serviço Social desenvolve sua prática de acordo com os princípios fundamentais preconizados pelo Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (1993), sendo limitado pelas condições de trabalho do ambiente escolar, pois não existe uma sala para

atendimento do serviço social, sendo realizado esse atendimento na sala dos professores; falta de espaço para se concretizar palestras, oficinas temáticas e reuniões.

É importante citar a proximidade que essas famílias têm com a escola Ana Azevedo, devido ao fato da maioria ir deixar os filhos na escola e permanecer alguns minutos no ambiente, observando o comportamento dos mesmos antes de entrarem em sala de aula. Nesses momentos, as famílias aproveitam para tirar suas dúvidas junto ao serviço social e aos demais profissionais da escola.

4.2 Delineamento metodológico da pesquisa

A pesquisa científica caracteriza-se como um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. Segundo Gil (2007) o objetivo da pesquisa é encontrar respostas para problemas utilizando-se de procedimentos científicos, ou seja, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social.

Nesse aspecto, a metodologia científica corresponde o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Nesse sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias que está sempre referida a elas “[...] inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”. (MINAYO, 1994, p. 16).

Para realização da pesquisa adotou-se a teoria crítica social, fundamentada na dialética que “fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc”. (GIL, 2007, p. 32).

Para tanto, foram realizadas os seguintes tipos de pesquisa: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo e também a pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica para Rizzini, Castro e Sartor (1999, p. 35)

É um tipo de pesquisa que investiga ideias, conceitos, que compara as posições de diversos autores em relação a temas específicos e faz uma relação crítica sobre estas ideias e conceitos, defendendo uma tese.

Assim, a pesquisa bibliográfica realizada neste trabalho tem o intuito de abordar a evasão escolar através de um olhar crítico da realidade, atribuindo-se de conceitos, dados concretos e ideias, que já foram escritos em livros, artigos, resoluções, legislações pertinentes e demais publicações, sobre o assunto e partir disso expor e discutir uma nova proposta. A

pesquisa de campo segundo os mesmos autores (1999, p. 34):

[...] trata do estudo de pequenas populações, pode ser feito diretamente onde o fenômeno acontece. A principal vantagem é que o estudo é conduzido no próprio ambiente e o pesquisador convive com a população investigada o que permite maior sensibilidade para aspectos que às vezes são negligenciados em pesquisas de grande porte [...].

Este tipo de pesquisa teve a finalidade de estudar uma determinada população em um determinado espaço, pois o convívio com os entrevistados permitiu conhecer e compreender seu cotidiano social, possibilitando maior entendimento do fenômeno estudado. Já a pesquisa documental segundo Gil (2007, p. 45):

[...] assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa.

Dessa forma, a pesquisa documental é diferenciada da bibliográfica devido as fontes materiais que são mais diversificadas e dispersas não recebendo um estudo mais elaborado, mas que contribuem de acordo com o objeto da pesquisa, podendo ser fotos, leis, relatórios, diários, cartas, por exemplo.

Para tanto, esta pesquisa trata-se de um estudo exploratório e analítico com abordagem quali-quantitativa. Para Gil (2007) a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Enquanto que, a pesquisa analítica tem como objetivo identificar os fatores que contribuem para a ocorrência dos fatos, ou seja, verificar a forma como eles acontecem.

Para Minayo (1992) a pesquisa qualitativa no âmbito da educação constitui-se como uma possibilidade de investigação diferenciada, na qual não se almeja dados numéricos ou medir algo e, sim se torna direcionada a um foco de interesse amplo a partir do contato direto e interativo do pesquisador e o fenômeno estudado mediante as situações vivenciadas na realidade. Segundo a autora, “o conjunto de dados qualitativos e quantitativos, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

Para Strauss e Corbin (2008) a pesquisa quantitativa cuida de quantificar dados, conceitos, subsídios com a utilização de recursos técnicos estatísticos, desde os mais simples,

como porcentagem média, valor mais frequente, até o uso mais complexo como coeficiente de correlação, regressão, entre outros. Conforme Gil (2007) a dialética estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos isoladamente, pois propõem uma análise total da realidade que reflete no contexto social.

O estudo foi realizado na EMAA da cidade de Campina Grande – PB com as famílias dos alunos evadidos. O público-alvo da pesquisa foi selecionado mediante critérios de quantidade de faltas.

A população, segundo Gil (2007) é o conjunto de todos os elementos que possuem determinadas características em comum. Assim, a população da presente investigação foi composta pelas famílias dos alunos evadidos da EMAA, representando um total de 36 famílias. No entanto, por questão de aceitação ou disponibilidade, apenas 10 pessoas integram a amostra do estudo. Vale ressaltar que foram escolhidos de forma aleatória, bem como ao que se refere ao ano de 2014 adotamos a quantidade de 40 faltas.

Trata-se da amostragem por acessibilidade ou por conveniência o momento em que o pesquisador seleciona os “elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo [...] em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão”. (GIL, 2007, p. 104).

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um roteiro de entrevista do tipo semi-estruturada (Apêndice D), apresentando questões como os dados pessoais, para uma breve caracterização do sujeito pesquisado, bem como, de questões norteadoras e subjetivas pertinentes aos objetivos do estudo, consistindo na análise das causas da evasão escolar. Segundo Trivinos (2007), este tipo de entrevista consiste em um dos principais recursos que um investigador pode utilizar como técnica de coleta de dados e informações, pois parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Dessa forma, o informante seguindo espontaneamente à linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar da elaboração da pesquisa.

Para se analisar os dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, visando uma maior criticidade na interpretação dos depoimentos dos sujeitos, procurando significar cada detalhe da entrevista. A análise de conteúdo foi escolhida, pois a mesma vai além do que é dito formalmente pelo entrevistado. E, conseqüentemente, como esse estudo trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa faz-se necessário uma análise mais apurada dos dados.

Portanto, após a efetivação das entrevistas e as coletas de dados pertinentes, esses foram respectivamente tabulados e selecionados para que nos possibilitem o desvelamento e proximidade da realidade.

[...] exame minucioso dos dados. De posse do material coletado, o pesquisador deve submetê-lo a uma verificação crítica, a fim de detectar falhas ou erros evitando informações confusas, distorcidas, incompletas, que podem prejudicar o resultado da pesquisa. (LAKATOS E MARCONI, 2001, p. 166).

A pesquisa foi realizada nas residências dos entrevistados, sendo acatadas as recomendações da Resolução do Conselho Nacional de Saúde 466/2012 do Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos, garantindo o sigilo das informações, anonimato e a liberdade de expressão sem interferência do pesquisador quanto às opiniões.

Foram utilizados critérios de inclusão dos sujeitos na entrevista como: disponibilidade para participação e concordância em participar do estudo, na qual, os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C).

Em caráter de compromisso, os dados obtidos nesta pesquisa não serão utilizados para outro fim, senão a ampliação do conhecimento científico acerca do referido tema.

4.3 A análise dos dados da pesquisa

A análise da pesquisa está subdividida em duas partes. A primeira apresenta a caracterização dos sujeitos da pesquisa que configura os dados pessoais do sujeito pesquisado envolvendo: gênero, idade, estado civil, escolaridade, profissão, número de membros na família, renda familiar, situação de moradia.

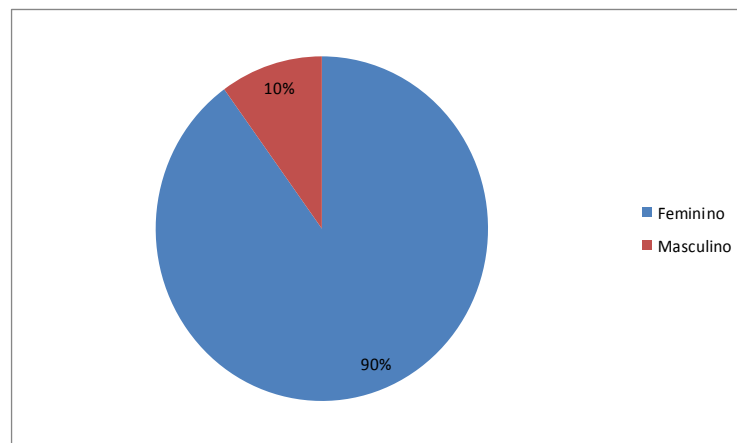
A segunda parte encontra-se no formato de subcategorias com questões referentes ao objeto de estudo como: frequência da família na escola, os motivos que levam a essa frequência, em quais ocasiões a família se faz presente na escola onde seu filho (a) estuda, incentivo a frequência escolar e de que maneira, grau de satisfação com a instituição escolar que seu filho (a) se encontra, insatisfação com a escola, quais os motivos que levam os alunos a abandonarem ou deixarem de frequentar a escola, nível de infrequência dos filhos (as) e quais os fatores para que ocorra essa “evasão”.

4.3.1 Perfil dos entrevistados

Ao realizar a análise do perfil dos sujeitos pesquisados, constatou-se através dos dados pessoais que, 09 dos participantes da pesquisa são do sexo feminino e 01 dos entrevistados do sexo masculino, evidenciando-se ainda, o predomínio de mulheres no seio da família, isto é, reforça a forma matriarcal que sempre existiu no Brasil.

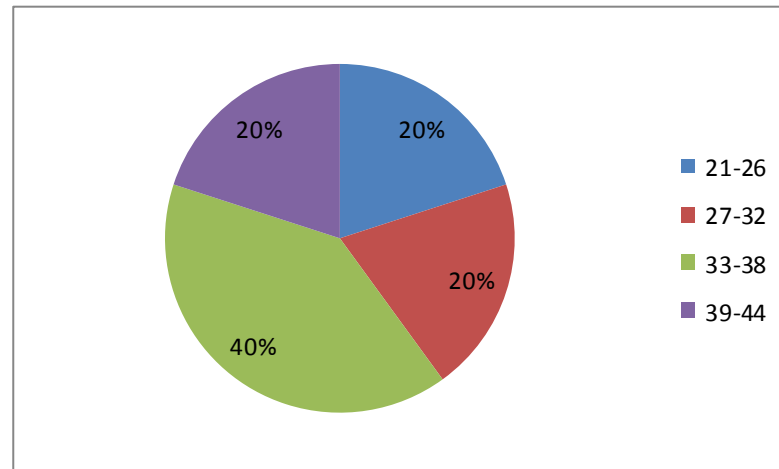
A figura 01 demonstra uma característica marcante do sistema matriarcal presente em nossa sociedade, embora já tenhamos novos arranjos familiares. Entretanto, vale destacar que mesmo com essa quantidade de mulheres responsáveis pela educação dos seus filhos (as), os homens mesmo sendo minoria estão inseridos nessa categoria de responsabilização pela família, bem como pela educação de seus filhos (as).

FIGURA 01 – Gênero



FONTE: Pesquisa realizada na EMAA, 2014.

Ao realizar a análise do perfil dos sujeitos pesquisados, aferiu-se através dos dados pessoais que, a faixa etária das entrevistadas variou de 33 a 38 anos, correspondendo a 40%, uma vez que vale destacar que essas famílias foram “vítimas” do atraso escolar devido à ausência de incentivo quando eram crianças e adolescentes, fator este que contribui para evasão escolar. Demonstrando assim, a responsabilidade de famílias jovens que necessitam educar seus filhos (as) e para tanto, recaem com obrigações de família.

FIGURA 02 – Idade

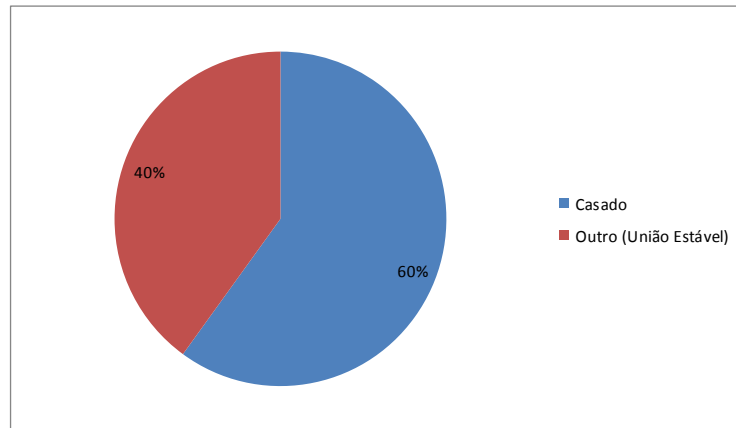
FONTE: Pesquisa realizada na EMAA, 2014.

Em relação à distribuição, segundo o estado civil, evidencia-se que 06 dos entrevistados são casados, e ainda, mostra 40% da população em união estável, que corresponde a 04 entrevistados.

A união estável é definida no Novo Código Civil, em seu artigo 1723, como a convivência duradoura de homem e mulher, tendo como objetivo constituir família.

Portanto, podemos constatar que grande parte dos entrevistados possuem vínculo de relacionamento, mas que na maioria das vezes, não corresponde aos pais biológicos, o que em alguns casos acarreta um desconforto na criança ou adolescente, bem como a falta de incentivo por essa outra parte.

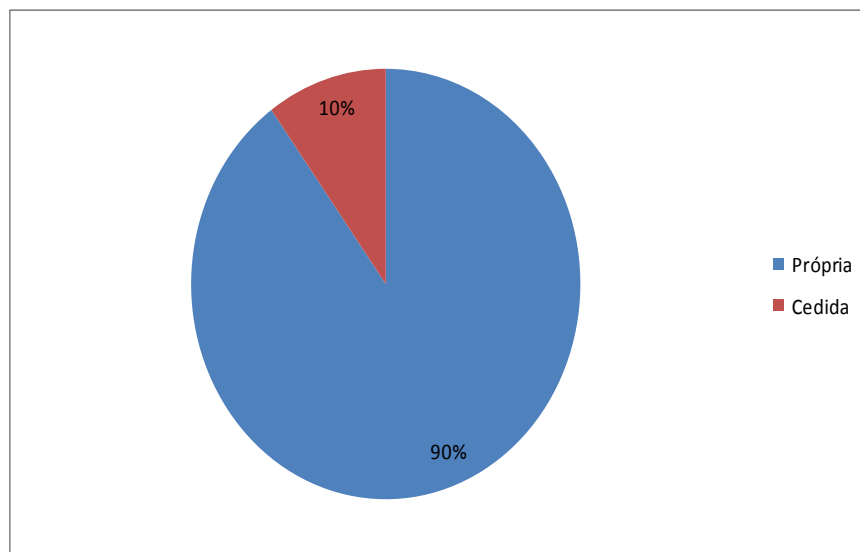
Ainda, por meio dos dados levantados, observamos que não foi declarado nenhum caso de pai, mãe ou responsável solteiro, o que confirma a ideia de que não estando com o primeiro relacionamento, mas já se encontram com outro vínculo.

FIGURA 03 – Estado Civil

FONTE: Pesquisa realizada na EMEA, 2014.

A figura 04 demonstra que a situação de moradia dos entrevistados corresponde a 90% com residência própria e 10% com moradia cedida, o que demonstra uma estabilidade no que corresponde ao local de acesso a escola, porque facilita o traslado para o local de ensino.

Ainda se tratando de moradia própria, contempla-se uma instituição que seja próxima a residência da criança ou adolescente, porque o mesmo necessitará, na maioria das vezes, de se locomover a pé para a escola, uma vez que a maioria dos alunos reside próxima à escola.

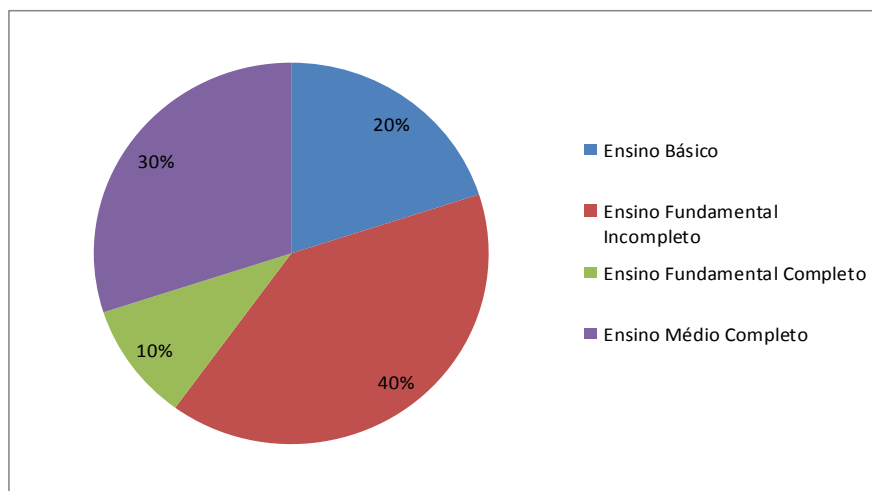
FIGURA 04 – Situação de moradia

FONTE: Pesquisa realizada na EMEA, 2014.

A figura 05 mostra o percentual do grau de escolaridade dos entrevistados, sendo composto de 40% com o nível de ensino fundamental incompleto, enquanto formação, 30% com o ensino médio completo, 20% com apenas o ensino básico e 10% com o ensino fundamental completo.

Portanto, o que observamos é que o índice de escolaridade é bem variável, o que consequentemente implica no interesse e incentivo de encaminhamento das crianças e adolescentes a escola, bem como do envolvimento na participação ativa do processo ensino-aprendizagem, isto é, na relação escola-família.

FIGURA 05 - Escolaridade



FONTE: Pesquisa realizada na EMAA, 2014.

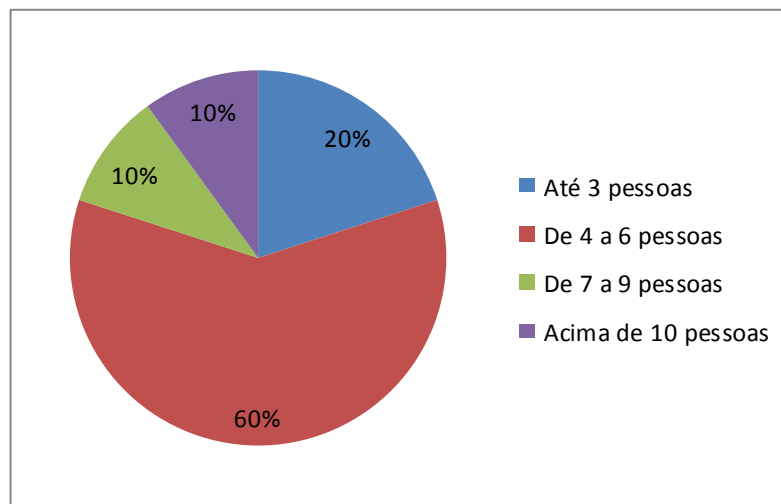
Quanto ao percentual de distribuição de número de membros da família, percebe-se que a grande maioria possui entre 4 e 6 pessoas no mesmo ambiente, o que se configura como uma família extensa.

Entretanto, esse número não corresponde apenas a filhos (as), mas a sobrinhos (as), tios (as) que compartilham do mesmo ambiente e que, por sua vez, consideram-se membros por dividirem o mesmo espaço. Vale destacar que existe a presença, também, do avô ou avó e que, consequentemente, possibilita o auxílio na situação financeira da casa.

De acordo com Oliveira (2004), atualmente pode-se entender como família vários tipos de constituição familiar: a família nuclear que é composta pelo casal com os filhos; a patrifocal com a presença do pai e filhos; a matrifocal que é mãe e filhos; as reconstituídas

que são casais recasados e com filhos de outros casamentos; a de casal homoafetivo e as extensas que são formadas por avós e tios, além de casais recasados com filhos adotivos.

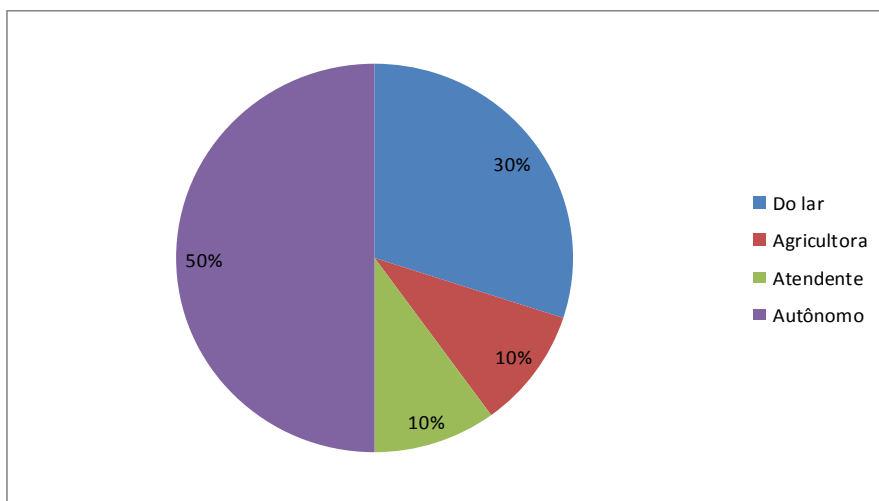
FIGURA 06 – Número de membros da família



FONTE: Pesquisa realizada na EMAA, 2014.

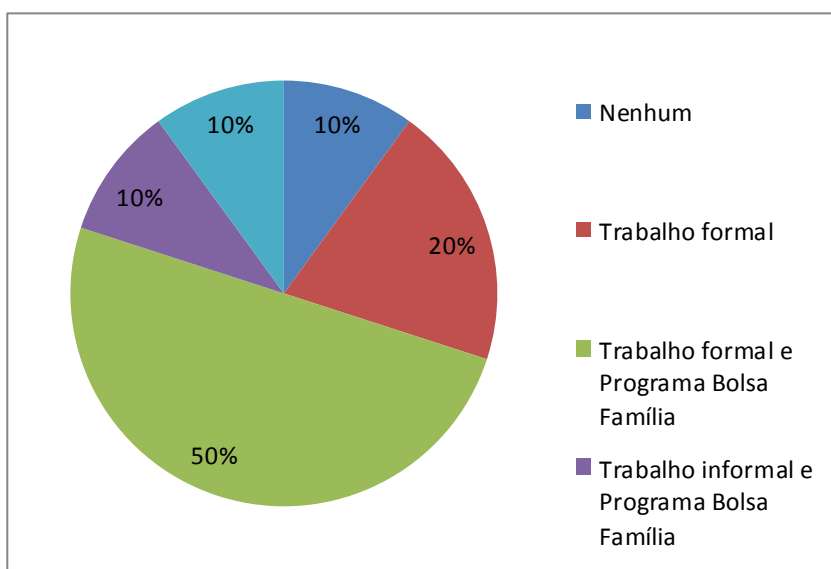
Quanto às suas profissões, 50% declararam trabalharem autônomos, porém não apontaram quais esses trabalhos, o que dificulta a análise, mas ao mesmo tempo, 30% declaram serem do lar. Entretanto, esse item abre questionamentos sobre a relação dessa ausência de resposta relacionada ao PBF, bem como um dado preocupante que rebate e influencia negativamente na renda e na escolaridade familiar, como demonstram os dados apresentados.

Assim, interpreta-se que a situação profissional dos familiares, que é mais significativa, se refere ao vínculo empregatício como diarista, manicure, motorista, auxiliar de serviços gerais, comerciante, pedreiro, serralheiro, vendedor, marceneiro.

FIGURA 07 – Profissão

FONTE: Pesquisa realizada na EMAA, 2014.

De acordo com os dados, analisa-se que 40% das famílias possuem renda familiar de 2 a 3 salários mínimos, visto que, o maior índice dos componentes familiares se encontra em situação de trabalho formal e informal. É importante salientar que essas famílias possuem algum tipo de benefício social, a fim de acrescer a renda, como podemos ver na figura 08, a seguir:

FIGURA 08 – Origem da renda

FONTE: Pesquisa realizada na EMAA, 2014.

Como podemos observar na figura acima, 50% das famílias sobrevivem de trabalho formal e do Programa Bolsa Família, assim como 20% contam apenas com o trabalho formal. Podemos observar que o programa do governo auxilia a grande maioria das famílias, uma vez que vivem em situação de vulnerabilidade financeira e que, por sua vez, ocasionam o incentivo ao trabalho precoce de crianças e adolescentes.

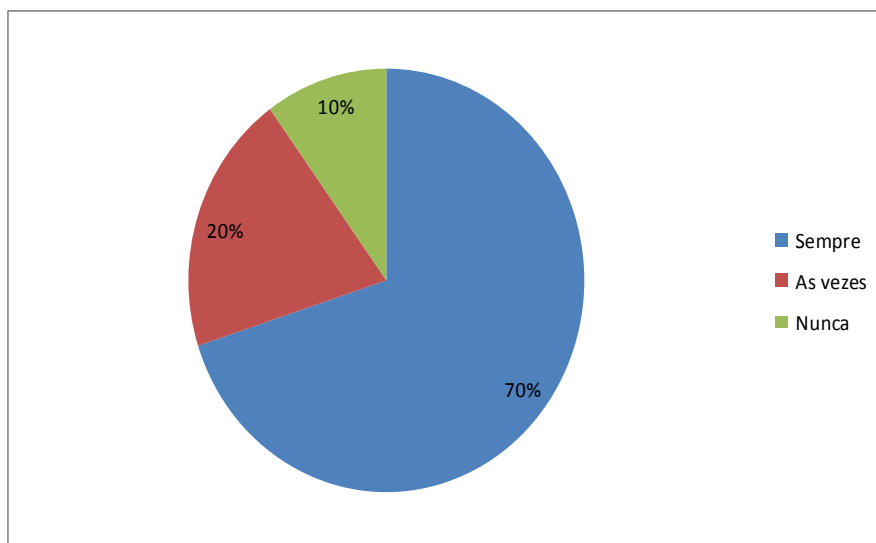
Podemos relacionar esse quesito com os índices de grau de escolaridade, bem como com a renda familiar, porque estas profissões se enquadram nos trabalhos formais e informais que não necessitam de um grau mais elevado de instrução educacional. Conseqüentemente, a evasão escolar é ponto alvo desse não incentivo aos estudos.

4.3.2 A evasão escolar na ótica das famílias da Escola Municipal Ana Azevedo

Neste item, serão apresentadas as perguntas quantitativas que se referem aos motivos da evasão escolar, incentivo aos estudos, frequência e relação da família com a escola, opiniões sobre a escola, o desejo de mudar seu filho (a) de instituição escolar, questionamentos dos motivos que levam os alunos a abandonarem ou deixarem de frequentar a escola.

Conforme a pesquisa realizada com as famílias dos alunos evadidos da EMAA, observou-se que grande parcela respondeu estarem sempre presente na escola, o que revela um percentual de 70%, seguido de 20% que frequenta às vezes.

FIGURA 09 – Frequência vai à escola que o filho (a) estuda



FONTE: Pesquisa realizada na EMAA, 2014.

Entretanto, vale destacar que, dentre as entrevistadas, não foram revelados dados negativos, uma vez que se tinham dados que comprovavam a ausência dessas famílias a escola, bem como dos seus respectivos filhos (as), porém não se foi revelado diante os questionamentos. Percebemos um condicionante muito forte nesse sentido, ou seja, o Programa Bolsa Família impede que os responsáveis sejam sinceros, motivo este que mascara a realidade.

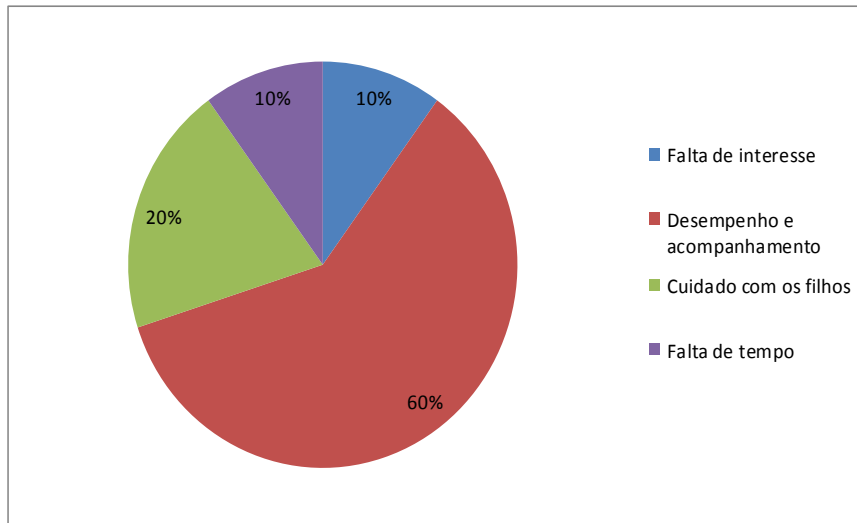
Em contrapartida, o PBF reduz a evasão escolar em 36%, entre crianças de 6 a 16 anos, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A proporção dos que não frequentam a escola cai de 8,4% para 5,4% com o benefício. Os pesquisadores compararam populações semelhantes que recebem ou não o PBF, a partir de dados de 1999 e 2007, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As 12 milhões de famílias que recebem a bolsa têm de garantir que seus filhos menores de 15 anos compareçam a 85% das aulas a cada mês e, os de 16 e 17 anos, devem ir a 75%. Elas também têm de garantir a vacinação das crianças de até 6 anos de idade e consultas médicas regulares para mulheres grávidas ou que estejam amamentando.

O impacto é maior no caso das crianças mais novas: de 6 a 10 anos de idade a variação positiva foi de 40% (a proporção de crianças dessa faixa etária que frequenta escola passou de 93,3% para 96,3%, com o programa); já para as faixas etárias de 11 a 14 anos e de 15 a 16 anos, a redução estimada na proporção de crianças fora da escola foi menor, atingindo quase 30%.

O efeito de uma política de longo prazo fica claro na análise dos dados sobre as crianças com ao menos oito anos de estudo. O PBF é responsável por quase 60% da queda na evasão escolar. O Inep avalia que o programa elevou a frequência deste grupo de estudantes de 81,7% para 91,9%. Para os pesquisadores isso se dá porque essa meninada é beneficiada desde o ensino fundamental. Além disso, a condição de relacionar o programa à escola ampliou a importância atribuída aos estudos pelos estudantes e também pelos pais.

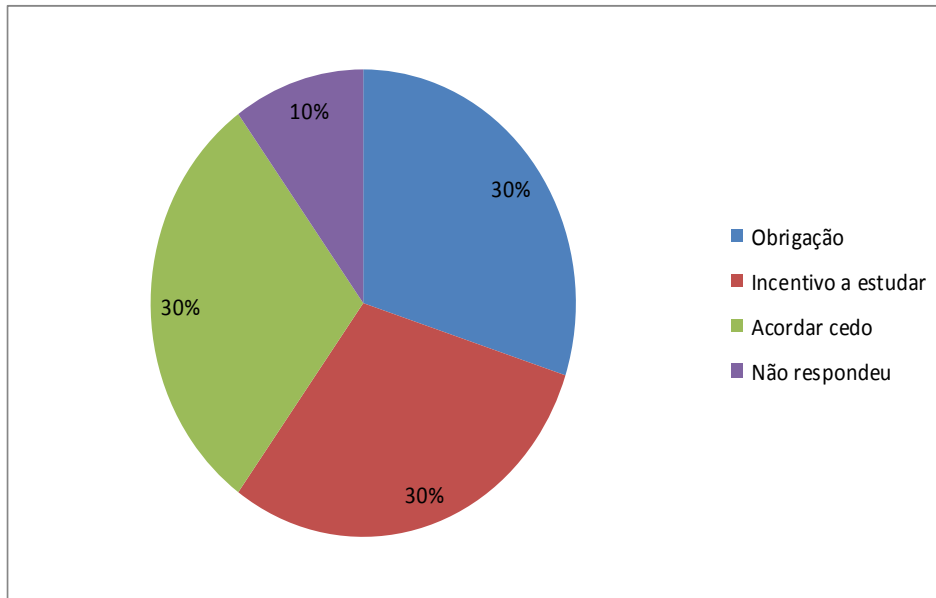
Quando indagadas acerca do porque de frequentar a escola, 59% revelaram de suma importância para avaliar o desempenho e acompanhamento do filho (a), mas fica evidente que essa presença está entrelaçada ao fato de quando são convocadas e/ou reuniões com pais e mestres, bem como a busca da criança ou adolescente na instituição.

FIGURA 10 – Importância da frequência na escola do filho (a)

FONTE: Pesquisa realizada na EMAA, 2014.

Vale destacar que nem sempre é isso que acontece, porque mais uma vez o receio de ser desvinculada do benefício (PBF) acaba por não permitir a efetiva realidade, sendo a grande maioria ausente da escola e muitas vezes, ausentes até das convocações e reuniões. Conseqüentemente, o prejuízo para a criança e o adolescente é drástico, tanto na aprendizagem quanto no crescimento de sua cidadania.

Com relação ao papel da família na educação dos filhos, as entrevistadas disseram incentivarem seus filhos a frequentar a escola, obtendo um percentual de 100%. Portanto, esse incentivo se dá por meio de obrigá-los a irem estudar, acordá-los cedo para chegarem no horário certo da aula, incentivar a educação da escola, ter pulso firme, ou seja, dar limites, educar para a vida e acompanhar o filho na escola. A maioria das respostas mostra a preocupação em incentivar os filhos a estudarem, o que nos traz à tona o prestígio que a escola continua a ter na vida dessas famílias.

FIGURA 11 – Forma de incentivar os filhos (as) a frequência escolar

FONTE: Pesquisa realizada na EMAA, 2014.

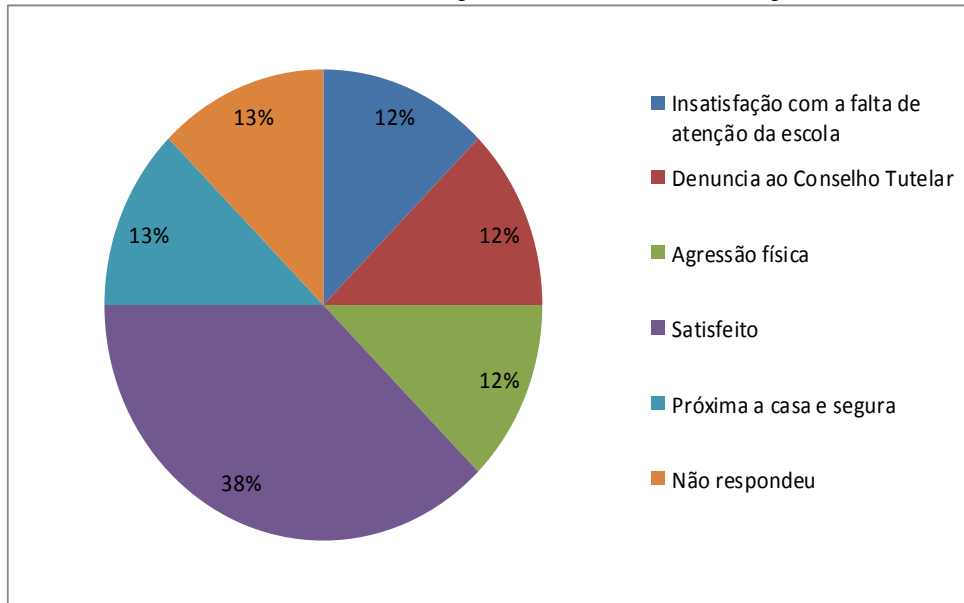
Às vezes a falta de interesse do aluno, traduzida na evasão escolar é uma maneira de mascarar sua incapacidade para se esforçar. Mas em outras ocasiões não é assim. O aluno faria um esforço se percebesse que os conteúdos da aprendizagem são medianamente atrativos, úteis, conectados, com sua vida diária, atraentes o suficiente para que o esforço valha a pena. Quando, pelo contrário, descobre que aprender supõe apenas memorizar certos conteúdos distantes para recuperá-los depois em uma prova, sua atitude defensiva diante da aprendizagem vai se consolidando. Pouco a pouco, seu atraso vai se ampliando e chega um momento em que a distância com o ritmo médio da turma se torna intransponível.

O aluno com dificuldades específicas de aprendizagem não apresenta, de início, problemas de motivação, se bem que progressivamente pode se sentir incapaz de realizar as tarefas propostas e abandona qualquer tentativa de superá-las, já que as atividades propostas “estão cheias de respostas para perguntas que ele não sabe quais” (VASCONCELLOS, 1995, p.38).

Quando questionamos se as famílias estavam satisfeitas com a escola que o seu filho (a) estuda, 70% responderam que sim, o que nos revela uma grande satisfação. Porém, quando indagadas do por quê dessa satisfação (ou não), as respostas foram bastante diversificadas, bem como ausência de respostas, o que demonstra um receio de participar da pesquisa e acabar por acarretar problemas, a exemplo de: insatisfação com a falta de atenção da escola; grande índice de denúncias ao Conselho Tutelar; casos de agressão física entre alunos e a

escola não tomar providências; mas, ainda revelaram que um ponto positivo é que a escola fica próxima a residência e torna-se segura, pois as crianças e adolescentes podem se locomover a pé.

FIGURA 12 – Motivos da satisfação (ou não) da instituição escolar



FONTE: Pesquisa realizada na EMAA, 2014.

Segundo o ECA, capítulo IV, artigo 55, parágrafo único “Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Quanto à mudança de endereço os pais devem requerer junto à escola anterior, onde a criança estudou a transferência para a escola mais próxima da sua nova residência. Embora o ECA garanta o direito da criança e do adolescente à educação, colocando esta como dever do Estado, quando ocorre uma mudança de endereço durante o período letivo torna-se difícil a obtenção de uma vaga na nova escola. Porém, a escola deve aceitar o aluno em qualquer época do ano.

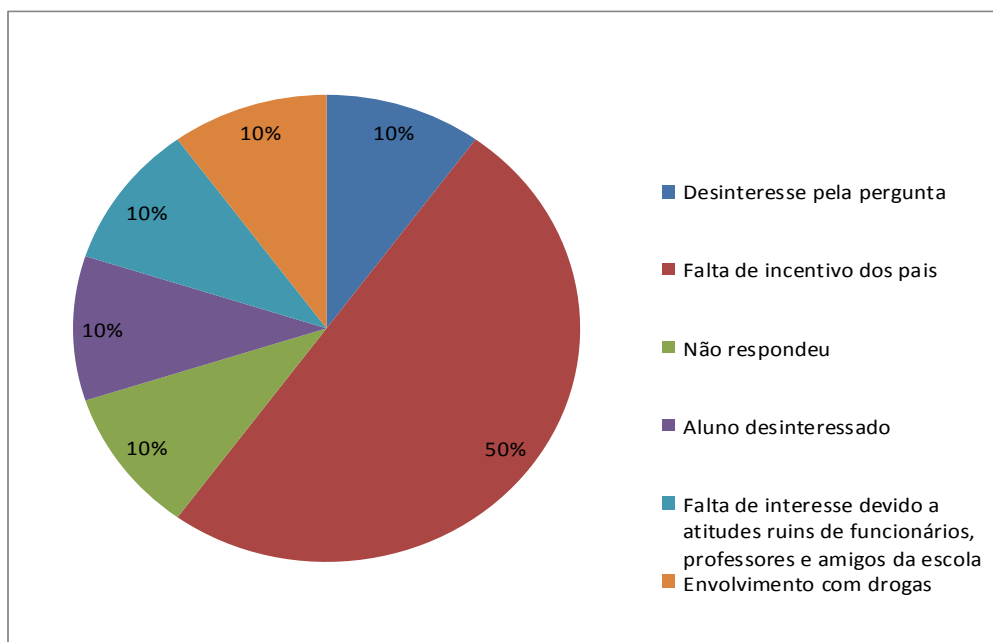
Em relação a localização da instituição escolar em relação a residência da criança e adolescente é importante ressaltarmos que o ECA, artigo 53, parágrafo V, do capítulo IV diz que a criança e o adolescente tem direito ao acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Um caso a ser destacado foi de uma família que revelou total insatisfação com a escola, caso este que já pronunciou o pedido de transferência do aluno no final do ano. A família revelou que a criança sofreu agressão física e a escola foi negligente no caso, visto que

não houve providência alguma por parte da mesma. Portanto, isso acaba acarretando na resposta da pergunta “Se surgisse outra opção você trocaria seu filho (a) de escola?”, e 40% rebaixaram que sim. Apesar de ser um pouco abaixo da metade das respostas, mas revela um índice de insatisfação com a escola, sejam por motivos revelados ou não.

Na figura 13 podemos observar a pergunta-chave para nossa pesquisa, que revela uma grande preocupação, pois 50% destaca a falta de incentivo por parte dos pais. Neste sentido, pode-se dizer que os motivos que levam o aluno a evadir-se, são diversos, porém, na presente pesquisa destacou-se como indicadores de maior relevância os fatores extraescolares e os intraescolares, que devem ser compreendidos por diversas questões de natureza política, social, econômica e de valores culturais. Podemos observar também que existe um índice de evasão devido ao trabalho infantil, uma vez que se refere ao não incentivo dos pais aos estudos, mas sim a ajudar nas despesas da família para a sobrevivência de todos.

FIGURA 13 – Motivos que levam os alunos a abandonarem ou deixarem de frequentar a escola



FONTE: Pesquisa realizada na EMAA, 2014.

A evasão escolar está relacionada à necessidade dos filhos de trabalhar para ajudar na renda familiar. O ECA, capítulo V, artigo 60 proíbe qualquer trabalho a menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz. No entanto o que vemos são crianças não só trabalhando, mas trabalhando em locais impróprios.

Este fato evidencia as características do mundo capitalista que impõe aos jovens a inserção precoce no mercado de trabalho, vindas da necessidade de consumo contínuo, bem como na complementação da renda familiar devido à remuneração insuficiente, a baixa escolaridade atrelada com a falta de qualificação.

Dando continuidade à análise, verificou-se ainda que o segundo motivo de maior relevância para evasão escolar está relacionada com indisciplina dos alunos em sala de aula que são reflexo da violência vivenciada na sociedade. É possível relacionar a falta de autoridade dos profissionais atuantes na escola com falta de respeito e conflitos dentro da própria instituição, fatos estes que podem contribuir para criminalidade tão vivenciada no âmbito escolar na atualidade, o que nos revela um percentual de 10%, mas contando que existem muitos casos que são omissos.

Neste contexto, é importante que a escola possibilite alternativas no sentido de promover a interação entre escola, alunos, a família e a própria comunidade, ou seja, é necessário revitalizar a atuação da escola, com uma equipe docente envolvida e preparada no sentido de tornar as aulas mais atrativas e voltadas à realidade social vivenciada pelos alunos. Para tanto, é preciso ainda o comprometimento governamental na efetivação de ações que proporcionem a implantação de projetos direcionados ao ensino médio, que viabilizem a capacitação profissional desses adolescentes para o mercado de trabalho.

Quando indagadas sobre a ausência do filho (a) alguma vez na instituição escolar, 70% responderam que nunca houve essa ausência, contra 30% que disseram que seus filhos já deixaram de frequentar a escola, seguido de motivos como preguiça (29%), doença (57%) e outros fatores que não foram revelados pelas famílias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se, durante o processo de construção deste trabalho de curso que a educação deve ser compreendida como um complexo de construção da vida social que perpassa por uma fusão de culturas diferentes e que não se limita e tampouco se enquadra somente em um determinado espaço, mas que ela também está presente no âmbito familiar, na Igreja, na comunidade, na cultura, na rua, em grupo de amigos, enfim, a escola é somente um espaço legitimado pelo Estado para que ocorra a alfabetização.

Assim, foi possível refletir a educação enquanto direito social, trazendo o contexto da descentralização do poder, explicitado na Constituição Federal de 1988, ou seja, onde é delegada maior autonomia a cada uma das esferas governamentais, para maior controle nas ações a serem desenvolvidas, discutiu-se, ainda, o que a LDB estabelece em seus princípios aos quais norteiam a educação nacional pontuando-os no contexto de uma de sociedade que vivencia na atualidade o neoliberalismo.

A educação deve ser entendida pela perspectiva de formar cidadãos, neste sentido o presente estudo encontrou um desafio neste processo que é denominado evasão escolar, ou seja, a constatação do abandono escolar pelo aluno devido a inúmeros fatores já descritos durante a pesquisa. Observou-se, assim, que a evasão escolar é influenciada pelas relações econômicas, sociais e culturais, as quais o aluno vivencia.

A legislação brasileira responsabiliza a família, em primeira instância, em orientar os seus entes no campo educacional, porém se esta família não teve acesso ao ensino, seus filhos têm a tendência de reproduzir esta questão, mas, segundo a mesma legislação, o Estado também deve acompanhar este processo de inserção na esfera educacional, uma vez que o Estado não realiza este acompanhamento temos de ter a sensibilidade de não culpabilizar a instituição familiar, pois esta sofre também determinações sócio históricas.

Para tanto, se faz importante ressaltar a inserção do assistente social na área da educação, onde este profissional tem competência e conhecimento teórico e crítico para desvelar a realidade que se apresenta no campo de trabalho. Inserido no âmbito educacional, mais precisamente na unidade escolar, o assistente social irá vivenciar diversas demandas, tais como gravidez na adolescência, violência, desinteresse e baixo rendimento escolar, indisciplina, drogas e a evasão escolar.

A intervenção profissional deve está voltada para uma direção social ético-política no intuito de construir respostas profissionais sustentáveis, visto que o assistente social é

formado para se posicionar diante as demandas e apresentar respostas coletivas que visem à democracia e à cidadania. A inserção do assistente social na educação vem para somar no intuito de garantir o direito à educação e a permanência do sujeito na escola, sendo claro o conhecimento de que essa educação tem de ser interpretada como um meio para formar cidadãos para que possam exigir e lutar pelos seus direitos, deste modo o profissional contribui para a garantia e efetivação do direito à educação de forma qualitativa, para isso é necessário uma apreensão da realidade social e uma aproximação da família no contexto escolar.

De acordo com dados apresentados colhidos em pesquisas bibliográficas e pesquisas de campo com as famílias dos alunos evadidos, conclui-se que o profissional melhor preparado para problematizar as demandas do cenário escolar é o profissional do Serviço Social. Isso por que o mesmo dentro das unidades escolares auxilia a equipe diretiva e o corpo docente, proporcionando momentos de análise da instituição, de sua forma de organização, de seus objetivos e das relações interpessoais nela estabelecida, e ainda um levantamento do perfil socioeconômico e cultural dos alunos e sua relação com a comunidade e familiar.

O tema central que foi abordado neste estudo foi à evasão escolar, a grande vilã do sistema de ensino no Brasil. O que mais dificulta a frequência dos alunos na escola são as condições sociais que a maioria deles estão inseridos, com baixa renda, muito deles tem que trabalhar pra ajudar no sustento de casa, o que acaba muita das vezes fazendo com que esses alunos por cansaço ou ate mesmo por terem que trabalhar abandonem a escola, levando em consideração que a questão do trabalho também está relacionada ao modelo de escola que temos.

Sabe-se que o primeiro passo é desvendar a evasão escolar, ou seja, identificar o que há por trás desta evasão. A atuação do Serviço Social na comunidade escolar se caracteriza como um trabalho socioeducativo, uma vez que propõe a interação entre as crianças, adolescentes, suas famílias. Considerando que as redes primárias (família) e secundárias de socialização constituem na consolidação do ser enquanto cidadão e ser histórico, é necessário pensar em estratégias de fortalecimento dos sujeitos, assim como instrumentalizar a comunidade escolar nas questões que envolvem a evasão escolar, através de ações que possibilite evidenciar as potencialidades das crianças e adolescentes para romper com a evasão.

Entende-se, no entanto, que para atender a este objetivo se faz necessário uma análise conjuntural e uma capacidade para decifrar o contexto social em que as famílias estão inseridas. A evasão escolar, portanto é uma expressão da questão social resultante das

desigualdades sociais, ao mesmo tempo perpetua a desigualdade através da manutenção da exclusão impedindo que parte da sociedade tenha acesso ao conhecimento. Só com políticas públicas de inclusão social, uma redistribuição de renda, e programas sociais que incentivem os alunos a estarem em sala de aula é que se pode diminuir a evasão. Por todo lugar existe pobreza e miséria, porém com a educação é que se pode melhorar o país.

Uma vez articulada sempre com as exigências da sociedade em questão, tem-se de considerar que a educação hoje, em um modelo neoliberal, atende às diversas dinâmicas e necessidades do capital, ou seja, ela deve preparar, formar e capacitar indivíduos trabalhadores, a educação aqui, é tratada pela lógica do mercado. Porém, a educação precisa ser apreendida como um espaço onde se tenha a articulação de conhecimentos da realidade para que o indivíduo tenha reflexões e clarezas para intervir na própria realidade.

Assim, é possível concluir que diante deste modelo descentralizador presente no contexto neoliberal, faz-se necessário propor alternativas que atinjam a realidade de cada criança e adolescente de acordo com suas necessidades, levando em consideração as questões econômicas, sociais e culturais. Para tanto, é essencial que se tenha uma articulação entre as políticas públicas e legislações que envolvem a educação, bem como uma reestruturação física, material e humana no âmbito escolar.

É sabido que a ausência de uma prática de pensar sobre a evasão escolar e a reinclusão do jovem na escola tem contribuído, em grande parte, para a disseminação e a legitimação de ideias já reproduzidas no dia-a-dia da escola, são elas: a de que a evasão é determinada apenas por fatores extraescolares, pela condição socioeconômica da família e pela desestruturação familiar. Tais ideias, uma vez reproduzidas, não somente justificam a imobilidade, mas, mais do que isso impedem a realização de quaisquer ações.

Considera-se, então, que os desafios postos para os assistentes sociais são maiores, e não se pode satisfazer apenas com políticas focalizadas, é preciso ter uma visão mais crítica e ampla das expressões da questão social, ou seja, apreender o indivíduo na sua particularidade, identificando suas reais necessidades, articulando e buscando a integração das políticas setoriais, utilizando o trabalho em rede, a fim de possibilitar a eficácia do trabalho realizado pelos profissionais envolvidos neste processo de transformação da realidade. E, quanto à efetivação de um direito social, entende-se que, enquanto se vivencia uma sociedade neoliberal, capitalista e concorrencial, onde o individualismo reina em quaisquer discursos, garanti-lo significa continuar a luta pela vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. **Serviço Social e Política Educacional**: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. Brasília: CFESS, 2007. p. 01. Disponível em: www.cress-mg.org.br. Acesso em: 22/02/14.

_____. O Serviço Social na Educação. In: **Inscrita**. N. 6. Ano. 3. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, Julho/2000. p. 65.

_____. Educação pública e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**. N. 63. Ano XXI. São Paulo: Cortez, 2000. p. 65-66.

ARENDT, Hannah. A Crise da Cultura. In: ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 40.

ARROYO, Miguel. **Educação e Cidadania**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

BARBERÁ, Andréya et al. **A centralidade da família na articulação das políticas sociais**: assistência social, saúde e educação. Presidente Prudente, 2007. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio de Toledo", Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente, 2007. p. 48.

BARBOSA, Pedro Lúcio. **Educação em questão**: recortando temas e tecendo ideias. Campina Grande: Latos, 2010.

BOCK, Ana Mercedes Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 263.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei nº 8742, 07/12/1993. Brasília: Senado Federal, 1993.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Fundo Social de Solidariedade do Estado, 1990.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. In: **Legislação Brasileira para o Serviço Social**. 2. ed. São Paulo, 2006. p. 40.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. N. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 13/05/2014.

_____. Caixa Econômica Federal. **Bolsa Família**. Disponível em: www.caixa.gov.br/voce/social/Transfrecia/bolsa_familia/index.asp. Acesso em: 11/03/2014.

BRANDÃO, Zaia et al. O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil. In: **Brasileira de Estudos Pedagógicos**. V. 64. N. 147. São Paulo: Saraiva, Maio-Agosto/1983. p. 38-69.

BRESSAN, Carla Rosane (coord.). **Serviço Social na Educação**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2001.

- BRUSCHINI, Cristina. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane, Orgs. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 49-79.
- CALAZANS, GJ; SALETTI FILHO, HC; FRANÇAJUNIOR, I; AYRES, JRC. O conceito de vulnerabilidade. IN: PADOIN, SMM et al. (Org). **Experiências interdisciplinares em AIDS: interfaces de uma epidemia**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2006. p. 35.
- CAMPINA GRANDE. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Municipal Ana Azevedo. Campina Grande: EMAZ, 2013.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Modos de educação, gênero e relações escola-família**. Cadernos de pesquisa. V. 34. N.121. 2004. Disponível em: www.scielo.br.
- CERATTI, Márcia Rodrigues Neves (Org.). **Evasão escolar: causas e consequências**. Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). SEED: Paraná, 2008. p. 33.
- CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o Saber**. Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 1993.
- _____. **Serviço Social na Educação**. Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2001. p. 10-23.
- CRUANHES, Maria C. dos Santos. **Cidadania: educação e exclusão social**. Porto Alegre: Fabris, 2000.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOMES, Candido Alberto. **A Educação em Perspectiva Sociológica**. 3. ed. São Paulo: EPU, 1994.
- GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. In: **Serviço Social e Sociedade**. Ano 21. N. 71. São Paulo: Cortez, 2002. p. 103-121.
- GUERRA, Viviane N. de A. (Orgs). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- IAMAMOTO, M. V., CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

JÚNIOR, L. H. S., SAMPAIO, Y. **Qualidade da escola e background familiar na formação de capital humano no Brasil**. Fortaleza: Fórum BNB, 2009.

LAKATOS E. M.; MARCONI, M de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O Serviço Social na área da Educação. In: **Serviço Social & Realidade**. N. 8. Franca: UNESPC, São Paulo, 1999. p. 38.

_____. A questão e o Serviço Social em debate. In: **Revista da Faculdade de Ciências Humanas da Unimar**. N. 3. V. 3. Marília: UNIMAR, 1999. p. 69.

_____. Serviço Social na Educação: trajetória histórica e perspectivas contemporâneas. In: **Revista da Faculdade de Ciências Humanas da Unimar**. N. 6, V. 6, Marília: UNIMAR, 2002. p. 56.

MENEZES, A. G. S. da. **A evasão escolar e a aprendizagem: uma reflexão**. Disponível em: www.webartigos.com/articles/34585/1/a-evasio-escolar-e-a-aprendizagem-uma-reflexao/pagina1. Acesso em: 10/01/2014.

MNAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1992.

_____. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MIOTTO, R. C. T. Novas Propostas e Velhos Princípios: subsídios para a discussão da assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio-familiar. In: **Fronteiras**. N. 4. Montevideo: Textos & Contextos, 2001. p. 93-102.

_____. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. In: **Serviço Social e Sociedade**. N. 55. Ano XVIII. São Paulo: Cortez, 1997. p. 116-120.

NEVES, Lúcia M. W. Educação e Política no Brasil de hoje. In: **Pesquisa para programas sociais**. V. 36. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 24.

OLIVEIRA, Andréia Regina de. **Relação escola e famílias: a visão de professores e mães de alunos de classes de recuperação**. São Carlos: UFSCar, 2004.

PACIEVITCH, T. **Evasão escolar**. 2009. Disponível em: www.infoescola.com/educacao/evasio-escolar. Acesso em: 10/06/2014.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. Caminhos da política educacional brasileira: 1964 e os anos seguintes. In: _____. **Política Educacional e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986. p. 78.

QUEIROZ, L. D. Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. N. 147. V. 64. Brasília: UFMT, 2006-2011. p. 38-69.

RIZZINI, I. CASTRO, M. R.; SARTOR, C. D. Pesquisando: guia de metodologias de

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **As Contribuições do Serviço Social para a Realidade Escolar no Brasil**. Disponível em: www.meuartigo.brasilecola.com/educacao/as-contribuicoes-servico-social-para-realidade-escolar-.htm. Acesso em: 16/02/2014.

_____. Tipos de pesquisa científica. In: _____. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. p. 26.

_____. **Escola e Serviço Social: juntos no enfrentamento da exclusão social**. Disponível em: www.partes.com.br/educacao/escolaeservicosocial.asp. Acesso em: 15/01/2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A “nova” direita e as transformações na política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo A. A. & SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SIMONATO, Marlene Aparecida Wischral & OLIVEIRA, Raquel Gusmão. **Funções e transformações da família ao longo da história**. 2004. Disponível em: www.abpp.com.br/abppprnorte/pdf/a07Simionato03.pdf. Acesso em: 20/03/2014.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet M. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Tradução Luciane de Oliveira Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TRIVINOS, P. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2007.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula**. Cadernos Pedagógicos do Libertad 2; 3. ed. São Paulo: Libertad, 1995.

WEREBE, Maria J. Garcia. **30 anos depois: grandezas e misérias do ensino no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

APÊNDICES

Apêndice A

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: As Causas da Evasão Escolar na Ótica das famílias da Escola Municipal Ana Azevedo: uma Análise Necessária

Eu, Cleônia Maria Mendes de Sousa, professora do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba portadora do RG: xxx.xxx – PB declaro que estou ciente do referido Projeto de Pesquisa e comprometo-me em verificar seu desenvolvimento para que se possam cumprir integralmente os itens da Resolução 196/96, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Cleônia M^a Mendes de Sousa

Orientadora

Ana Karla Alves de Menezes

Orientanda

Campina Grande, 30 de Abril de 2014

Apêndice B

TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Pesquisa: As Causas da Evasão Escolar na Ótica das famílias da Escola Municipal Ana Azevedo: uma Análise Necessária.

Eu, Cleônia Maria Mendes de Sousa, professora do Curso de Serviço Social, da Universidade Estadual da Paraíba, portadora do RG: xxx.xxx - PB e CPF: xxx/xxx/xxx-xx comprometo-me em cumprir integralmente os itens da Resolução 196/96 do CNS, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos

Estou ciente das penalidades que poderei sofrer caso infrinja qualquer um dos itens da referida resolução.

Por ser verdade, assino o presente compromisso.

Cleônia Maria Mendes de Sousa

Orientadora

Campina Grande, 30 de Abril de 2014.

Apêndice C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa “As Causas da Evasão Escolar na Ótica das famílias da Escola Municipal Ana Azevedo: uma Análise Necessária”.

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho As Causas da Evasão Escolar na Ótica das famílias da Escola Municipal Ana Azevedo: uma Análise Necessária terá como objetivo geral analisar as causas da evasão escolar na ótica das famílias.

Ao voluntário só caberá a autorização para realização da entrevista semi-estruturada, não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.

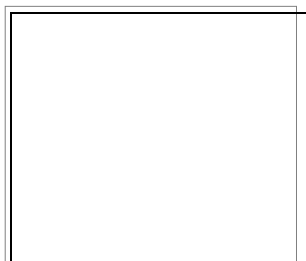
- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; entretanto, quando necessário for, poderá revelar os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.
- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.
- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica no número (083) xxxx-xxxx com Cleônia Maria Mendes de Sousa
- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.
- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura do pesquisador responsável

Assinatura do Participante

Assinatura Dactiloscópica

Participante da pesquisa



Apêndice D

Roteiro de Entrevista Semi-estruturada

1. Perfil dos Entrevistados:

Sexo

Masculino Feminino

Idade:

15 – 20 21 –26 27– 32

33– 38 39 –44 45- 50

Acima de 50 anos

Estado Civil:

Solteiro Separado

Casado Divorciado

Viúvo Outro

Escolaridade:

Não alfabetizado Ensino Básico

Ensino Fundamental Completo Ensino Fundamental Incompleto

Ensino Médio Completo Ensino Médio Incompleto

Ensino Superior Completo Ensino Superior Incompleto

Profissão:

Número de Membros da Família:

Mora só Até 3 pessoas

De 4 a 6 pessoas De 7 a 9 pessoas

Acima de 10 pessoas

Renda familiar:

Menos de 1 salário Mínimo

1 salário

De 2 a 3 salários

Acima de 04 salários

Valor não informado

A Renda Citada é Originada de:

Aposentadoria

Pensão

Benefício de Prestação Continuada Programa Bolsa Família

Trabalho Formal

Agente Jovem

Trabalho Informal

Projovem

Não informado

SEMAS- Programas Assistenciais

Nenhum

Situação de Moradia:

Própria Cedida

Alugada Provisória

Ocupada Não informado

2. Participação na Vida Escolar:

2.1 Com que frequência você vai à escola que seu filho estuda?

Sempre

As vezes.

Por quê?-----.

Em quais ocasiões?-----

2.2 Incentiva os filhos a frequentar a escola?

Se Sim, de que forma?-----

2.3 Você está satisfeito com a escola que seu filho estuda?

() Sim () Não

Por quê?-----

2.4 Se surgisse outra opção você trocaria seu filho (a) de Escola?

() Sim () Não

2.5 Em sua opinião, o que leva os alunos abandonar ou deixar de frequentar a escola?

2.6 Seu filho (a) já deixou de frequentar ou abandonou a escola alguma vez?

Se Sim, por quanto tempo? E quais os fatores da não frequência escolar?

2.7 Você gostaria de acrescentar mais informação ou sugestão com relação à escola?

ANEXOS

Anexo A

ESCOLA MUNICIPAL ANA AZEVEDO

CNPJ: 01.965.568/0001-00

RUA AVENIDA DAS NAÇÕES, S/N – BAIRRO DAS NAÇÕES

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Estamos cientes da intenção da realização do projeto intitulado “As Causas da Evasão Escolar na Ótica das Famílias da Escola Municipal Ana Azevedo do Município de Campina Grande: Uma Análise Necessária” desenvolvida pela aluna Ana Karla Alves de Menezes do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação da professora Cleônia Maria Mendes de Sousa.

Campina Grande, 30 de Abril de 2014

Anexo B